



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **PAUTA DA 75ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)**

**05/11/2025  
QUARTA-FEIRA  
às 10 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senadora Damares Alves**

**Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

**75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 05/11/2025.**

**75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***quarta-feira, às 10 horas e 30 minutos***

# **SUMÁRIO**

| <b>FINALIDADE</b>  | <b>PÁGINA</b> |
|--|---------------|
| <b>Deliberar sobre as sugestões de emendas apresentadas pelos membros da CDH ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLN 15/2025).</b><br><br><b>Relatoria: Senadora Damares Alves</b> | <b>7</b>      |

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

| TITULARES  |                     | SUPLENTE                               |                                   |
|--|---------------------|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)</b> |                     |  |                                   |
| Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)                                  | SC 3303-2200        | 1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)        | SE 3303-9011 / 9014 / 9019        |
| Giordano(MDB)(10)(1)   | SP 3303-4177        | 2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10) | TO 3303-5990 / 5995 / 5900        |
| Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)                                      | PR 3303-6202        | 3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)     | PA 3303-6623                      |
| VAGO(12)(10)(3)  |                     | 4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)      | RN 3303-1148                      |
| Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)                                  | ES 3303-6747 / 6753 | 5 Marcio Bittar(PL)(12)(8)             | AC 3303-2115 / 2119 / 1652        |
| Plínio Valério(PSDB)(10)(9)                                    | AM 3303-2898 / 2800 | 6 VAGO(9)(23)(19)                      |                                   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)</b>  |                     |  |                                   |
| Cid Gomes(PSB)(13)   | CE 3303-6460 / 6399 | 1 Flávio Arns(PSB)(4)                  | PR 3303-6301                      |
| Jussara Lima(PSD)(4)   | PI 3303-5800        | 2 Vanderlan Cardoso(PSD)(24)(4)(25)    | GO                                |
| Mara Gabrilli(PSD)(4)  | SP 3303-2191        | 3 VAGO                                 |                                   |
| VAGO(22)(20)   |                     | 4 VAGO                                 |                                   |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)</b>                   |                     |  |                                   |
| Jaime Bagattoli(PL)(2)   | RO 3303-2714        | 1 Eduardo Girão(NOVO)(2)               | CE 3303-6677 / 6678 / 6679        |
| Magno Malta(PL)(2)   | ES 3303-6370        | 2 Romário(PL)(2)                       | RJ 3303-6519 / 6517               |
| Marcos Rogério(PL)(2)  | RO 3303-6148        | 3 Jorge Seif(PL)(15)                   | SC 3303-3784 / 3756               |
| Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)                               | SP 3303-1177 / 1797 | 4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)             | RJ 3303-1717 / 1718               |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)</b>                  |                     |  |                                   |
| Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)                           | ES 3303-9054 / 6743 | 1 Weverton(PDT)(6)(17)                 | MA 3303-4161 / 1655               |
| Rogério Carvalho(PT)(6)(17)                                    | SE 3303-2201 / 2203 | 2 Augusta Brito(PT)(6)(17)             | CE 3303-5940                      |
| Humberto Costa(PT)(17)   | PE 3303-6285 / 6286 | 3 Paulo Paim(PT)(6)(17)                | RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235 |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)</b>             |                     |  |                                   |
| Tereza Cristina(PP)(5)(11)                                     | MS 3303-2431        | 1 Daniella Ribeiro(PP)(26)(5)          | PB 3303-6788 / 6790               |
| Damara Alves(REPUBLICANOS)(5)                                  | DF 3303-3265        | 2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)     | RR 3303-5291 / 5292               |

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damara Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitaõ foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitaõ deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).

- (24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
- (25) Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
- (26) Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLD/BLALIAN).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00  
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO  
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 5 de novembro de 2025  
(quarta-feira)  
às 10h30

**PAUTA**

75ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**  
**PARTICIPATIVA - CDH**

|              |  |
|--------------|--|
|              | Discussão e deliberação das Emendas da CDH ao PLN 15/2025 (LOA 2026) |
| <b>Local</b> | Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2                     |

Atualizações:

1. Inclusão do Relatório, Planilha e Espelho das sugestões de emendas. (05/11/2025 09:39)

## **Discussão e deliberação das Emendas da CDH ao PLN 15/2025 (LOA 2026)**

### **Finalidade:**

Deliberar sobre as sugestões de emendas apresentadas pelos membros da CDH ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLN 15/2025).

Relatoria: Senadora Damares Alves

### **Anexos da Pauta**

[Espelho com as sugestões de emendas ao PLOA 2026](#)

[Lista com as emendas sugeridas pelos membros da CDH ao PLOA 2026](#)

[Relatório](#)



Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

| AUTOR : Com. Direitos Humanos e Legis Parti |             |  |                  |             |                  |
|---|-------------|--|------------------|-------------|------------------|
| IMPORTADOR                                  |             | EMENDA   |                  | EXPORTADOR  |                  |
| Data/Hora                                   | TIPO        | EMENTA   | AUTOR            | Papel       | Data/Hora        |
| Emendas Importadas                          |             |  |                  |             |                  |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Zequinha Marinho | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 09:37 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Flávio Bolsonaro | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 08:18 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRESCIMO                      | Daniella Ribeiro | LEXOR_AUTOR | 28/10/2025 11:13 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Flávio Bolsonaro | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 08:18 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Zequinha Marinho | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 09:37 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-ACR-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Zequinha Marinho | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 09:37 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Jussara Lima     | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:02 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-ACR-APR | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - CTAB                                    | Paulo Paim       | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:17 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Jussara Lima     | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:02 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-ACR-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Jussara Lima     | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:02 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Marcio Bittar    | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 12:41 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-ACR-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS                        | Marcio Bittar    | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 12:41 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-ACR-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Marcio Bittar    | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 12:41 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-ACR-APR | 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS | Marcio Bittar    | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 12:41 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Marcio Bittar    | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 12:41 |
| 03/11/2025 10:35                            | LOA-ACR-APR | 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES   | Augusta Brito    | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 10:12 |



Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

#### Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

| AUTOR : Com. Direitos Humanos e Legis Parti |             |  |                           |             |                  |
|---|-------------|--|---------------------------|-------------|------------------|
| IMPORTADOR                                  | EMENDA      |  | EXPORTADOR                |             |                  |
| Data/Hora                                   | TIPO        | EMENTA   | AUTOR                     | Papel       | Data/Hora        |
| Emendas Importadas                          |             |  |                           |             |                  |
| 03/11/2025 10:35                            | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Augusta Brito             | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 10:12 |
| 03/11/2025 10:35                            | LOA-ACR-APR | 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO  | Augusta Brito             | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 10:12 |
| 03/11/2025 10:35                            | LOA-ACR-APR | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA   | Augusta Brito             | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 10:12 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Plínio Valério            | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 14:55 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Mara Gabrilli             | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 15:24 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO   | Tereza Cristina           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 17:26 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Sergio Moro               | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 18:04 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Tereza Cristina           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 17:26 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Flávio Arns               | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 19:28 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE ACRÉSCIMO - APROPRIAÇÃO  | Dameres Alves             | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 19:10 |
| 04/11/2025 04:00                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES  | Flávio Arns               | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 19:28 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Weverton                  | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 11:06 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA                                     | Professora Dorinha Seabra | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 08:55 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL- SENAD - PROGRAMA CENTROS DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL NA POLÍTICA SOBRE DROGAS (CAIS) | Dameres Alves             | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 11:10 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Astronauta Marcos Pontes  | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 10:27 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO   | Flávio Arns               | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 10:58 |

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.  
(4EM019)





Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

#### Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

| AUTOR : Com. Direitos Humanos e Legis Parti |             |  |                           |             |                  |
|---|-------------|--|---------------------------|-------------|------------------|
| IMPORTADOR                                  | EMENDA      |  | EXPORTADOR                |             |                  |
| Data/Hora                                   | TIPO        | EMENTA   | AUTOR                     | Papel       | Data/Hora        |
| Emendas Importadas                          |             |  |                           |             |                  |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO | Ivete da Silveira         | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 10:34 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-ACR-APR | 211N - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL SENAD - PROGRAMA CRIA - PREVENÇÃO E CIDADANIA  | Dameres Alves             | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 11:10 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-INC-APR | 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA  | Professora Dorinha Seabra | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 14:43 |
| 29/10/2025 16:19                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA   | Professora Dorinha Seabra | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 14:43 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO   | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:21 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:21 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS  | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:21 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:22 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS   | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:22 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+   | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:22 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:22 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Jussara Lima              | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:06 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Jussara Lima              | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:06 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS   | Paulo Paim                | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 10:24 |
| 30/10/2025 11:44                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Jussara Lima              | LEXOR_AUTOR | 29/10/2025 17:06 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES  | Mara Gabrilli             | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 18:19 |

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.  
(Emendamento) (4EM019)



Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

#### Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

| AUTOR : Com. Direitos Humanos e Legis Parti |             |   |                          |             |                  |
|---|-------------|---|--------------------------|-------------|------------------|
| IMPORTADOR                                  | EMENDA      |   | EXPORTADOR               |             |                  |
| Data/Hora                                   | TIPO        | EMENTA  | AUTOR                    | Papel       | Data/Hora        |
| Emendas Importadas                          |             |   |                          |             |                  |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Mara Gabrilli            | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 18:19 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-INC-APR | 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES  | Mara Gabrilli            | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 18:19 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Mara Gabrilli            | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 18:19 |
| 30/10/2025 19:58                            | LOA-INC-APR | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA  | Mara Gabrilli            | LEXOR_AUTOR | 30/10/2025 18:19 |
| 02/11/2025 09:55                            | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                               | Damare Alves             | LEXOR_AUTOR | 02/11/2025 00:16 |
| 02/11/2025 09:55                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES - SENADORA DAMARES ALVES  | Damare Alves             | LEXOR_AUTOR | 02/11/2025 00:16 |
| 02/11/2025 09:55                            | LOA-INC-APR | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA - SENADORA DAMARES ALVES - CASA DA MULHER BRASILEIRA | Damare Alves             | LEXOR_AUTOR | 02/11/2025 00:16 |
| 03/11/2025 12:05                            | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Humberto Costa           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 11:56 |
| 03/11/2025 12:05                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Humberto Costa           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 11:56 |
| 03/11/2025 12:05                            | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS   | Humberto Costa           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 11:56 |
| 03/11/2025 12:05                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Humberto Costa           | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 11:56 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Augusta Brito            | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 13:10 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Augusta Brito            | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 13:10 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Augusta Brito            | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 13:10 |
| 03/11/2025 17:22                            | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS   | Augusta Brito            | LEXOR_AUTOR | 03/11/2025 13:10 |
| 04/11/2025 11:59                            | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CDH - SEN. DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                               | Astronauta Marcos Pontes | LEXOR_AUTOR | 04/11/2025 11:16 |



Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

#### Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

---

**AUTOR :** Com. Direitos Humanos e Legis Parti



Congresso Nacional  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias  
PLN 15/2026 - LOA 2026

#### Relatório de Emendas Importadas e Exportadas

**AUTOR :** Com. Direitos Humanos e Legis Parti

| EXPORTADOR |      |        | EMENDA |  | IMPORTADOR |       |           |
|------------|------|--------|--------|--|------------|-------|-----------|
| Data/Hora  | TIPO | EMENTA |        |  | AUTOR      | Papel | Data/Hora |

Emendas Exportadas

**\*Relatório vazio: nenhum registro recuperado.**

**TOTAL de Emendas Exportadas : 0**

**TOTAL do Autor: 79**

## **Emendas à Despesa - Espelho**



8

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003196      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO              | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5662.21GJ.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |   |
| AÇÃO  |   |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 5    | 10                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-----------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 1.500.000   |           |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 1.500.000   |           |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 3.000.000 |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 3.000.000   |              |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 3.000.000    |

### JUSTIFICATIVA

A emenda se presta a robustecer as verbas ministeriais dedicadas a campanhas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Consta-se que as políticas públicas focadas na punibilidade criminal tem-se mostrado insuficientes, exigindo uma abordagem complementar, pautada na conscientização e da educação da população sobre o assunto.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000003514   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5811.21G1.0001   |        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |        |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 7    | 100                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO                           | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|---|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 2  | 100.000.000              |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas                             | 2  | 100.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas                             | 2  | 100.000.000              |
| TOTAL:                      |   |    | 300.000.000              |

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |             |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID                          | RP          |
| 000003566                    | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0                           | 2           |
| TOTAL:                       |       |                           |                         |                             | 300.000.000 |

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda visa a atuação na promoção de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias, por intermédio do enfrentamento às barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania. Atuação na garantia da plena participação social e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência; estruturação e qualificação da avaliação unificada da deficiência; promoção de ações de educação, eventos, campanhas digitais, capacitação e de produção e disseminação de conhecimentos sobre os direitos das pessoas com deficiência; implantação, ampliação e qualificação de serviços de disseminação de dados e informações sobre a temática da deficiência; ampliação e qualificação do acesso à Tecnologia Assistiva e promoção da acessibilidade universal, a partir de diversas ações entre elas a concessão de crédito subvencionado para aquisição de produtos.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.





Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|---|----------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |        |
| Comissão  |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |        |
| 06 - Assistência Social   |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                |        |
| 078 - Apoio a/o/aos   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO  |                |        |
| 285 - Atenção à Família/Criança/Adolesc./Idoso/Pessoa com defic.  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |  |
|--|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   |  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                         |
| 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome                             |  | 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |  |  |
| 08.245.5131.219G.0001  |  |  |
| FUNÇÃO   |  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 08 - Assistência Social  |  | 245 - Serviços Socioassistenciais            |
| PROGRAMA   |  |  |
| 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)   |  |  |
| AÇÃO   |  |  |
| 219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) |  |  |
| SUBTÍTULO  |  |  |
| 0001 - Nacional  |  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional   |  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META   | QTD META A ALTERAR |
|--|--|--------------------|
| Ente federativo apoiado (unidade)            |  | 1.000              |
| GND  |  | em R\$ 1,00        |
| MODALIDADE DE APLICAÇÃO                      |  | RP ACRÉSCIMO       |
| 3 Outras Despesas Correntes                  | 41 Transferências a Municípios - Fundo a Fundo | 2 200.000.000      |

TOTAL: 200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 200.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 200.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é essencial para garantir proteção e inclusão social, especialmente às populações mais vulneráveis. Com base na universalização de direitos, o SUAS depende de uma rede organizada, eficiente e acessível para responder às crescentes demandas por assistência no país.

Do ponto de vista econômico, investir na estruturação de CRAS, CREAS e outros equipamentos sociais oferece excelente custo-benefício. O fortalecimento desses serviços reduz gastos públicos futuros, ao prevenir situações de extrema vulnerabilidade, acolhimento institucional e emergências de saúde. Além disso, impulsiona a economia local, gerando empregos e movimentando o comércio nas comunidades atendidas.

Sob a ótica social, o SUAS é fundamental para garantir direitos constitucionais, prevenir violações e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Uma rede estruturada atua de forma preventiva e integrada, reduzindo desigualdades e promovendo dignidade e autonomia às famílias brasileiras.

Em síntese, fortalecer o SUAS é investir em justiça social e desenvolvimento humano, com retornos duradouros para o país.



Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
|--|----------------|---------------------------------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA   |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                                 |
| Comissão   |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                                 |
| 37 - Mulheres  |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência  |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  |  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |  |
| 65000 - Ministério das Mulheres   |  | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |  |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |  | 14.422.5662.21GJ.0001                                  |  |
| FUNÇÃO  |  | SUBFUNÇÃO  |  |
| 14 - Direitos da Cidadania  |  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |  |
| PROGRAMA  |  |  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |  |  |
| AÇÃO  |  |  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |  |  |
| SUBTÍTULO   |  |  |  |
| 0001 - Nacional   |  |  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |  |
| 9000000 - Nacional  |  |  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 99 A Definir            | 2  | 200.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 200.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 200.000.000 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 200.000.000 |

JUSTIFICATIVA

As políticas de prevenção, acesso à justiça e enfrentamento à violência são essenciais para a construção de uma sociedade segura, justa e igualitária. Em um país marcado por altos índices de violência e desigualdade, essas ações garantem direitos básicos, promovem a paz social e fortalecem o desenvolvimento econômico.

Investir em prevenção oferece o melhor custo-benefício: reduz gastos com saúde, segurança e sistema prisional, ao mesmo tempo em que previne perdas de produtividade e de investimentos. Programas de educação, mediação de conflitos e proteção social são mais eficazes e sustentáveis do que ações puramente repressivas.

No campo social, o fortalecimento do acesso à justiça e da proteção a grupos vulneráveis — como mulheres, crianças e pessoas de baixa renda — é decisivo para romper ciclos de violência e exclusão. Defensorias públicas, varas especializadas e redes de apoio asseguram que todos possam defender seus direitos e viver com dignidade.

E prevenir e enfrentar a violência é investir em vida, equidade e progresso. O custo de não agir é sempre maior — em vidas perdidas, recursos desperdiçados e oportunidades comprometidas. Essas políticas são, portanto, indispensáveis para um Brasil mais seguro e desenvolvido.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003196      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0001  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |  |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 5    | 350                |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |  | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 30                      | Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 2  | 100.000.000              |
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas                             | 2  | 100.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas                             | 2  | 100.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |  |    | 300.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 300.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 300.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Articulação de políticas de prevenção primária, secundária e terciária e de acesso à justiça, com produção de guias, elaboração de protocolos, revisão de normas e diretrizes para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, visando ao fomento às iniciativas voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e à consolidação dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, consideradas em sua diversidade e especificidades. Fortalecimento dos sistemas de ouvidorias. Apoio técnico e financeiro para a criação e o fortalecimento de organismos institucionais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos estados e municípios.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003520      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5837.21G5.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 25   | 10                 |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 1.500.000                |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 1.500.000                |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 3.000.000                |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE GND |      | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                         | ID | RP        | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|----------------------|------|-------------------------|-------------------------|----|-----------|-----------------------------|
| 000003566            | 1000 | 9                       | Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 0 2 3.000.000               |
| TOTAL:               |      |                         |                         |    |           | 3.000.000                   |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina recursos para a estruturação e manutenção da rede integrada de proteção e promoção social, articulando as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda de Cidadania e Inclusão Produtiva visando prevenir, planejar ações de apoio e atenção a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecer vínculos familiares e comunitários, garantir a proteção social à infância, à adolescência, à pessoa idosa e com deficiência, à promoção da inclusão social da pessoa com deficiência e demais populações vulneráveis.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003514      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5811.21G1.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 7    | 10                 |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 1.500.000                |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 1.500.000                |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 3.000.000                |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE |      | GND |                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------------|------|-----|-------------------------|-------------------------|-----------|----|----|-----------------------------|
| 000003566        | 1000 | 9   | Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2  | 3.000.000                   |
| TOTAL:           |      |     |                         |                         |           |    |    | 3.000.000                   |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa fortalecer a promoção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ampliando o acesso a serviços especializados, campanhas de conscientização e ações de inclusão social. Essa iniciativa busca assegurar a plena cidadania e autonomia dessas pessoas, conforme as legislações vigentes e os objetivos do Programa 5811.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                             |
|--|----------------|-----------------------------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                      |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                       |
| EMENTA   |                |                             |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO |                |                             |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                             |
| Comissão   |                |                             |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                             |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                             |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                             |
| 23 - Trabalho  |                |                             |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO          |
| 078 - Apoio a/o/aos  |                | 479 - Segurança no Trabalho |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 40000 - Ministério do Trabalho e Emprego   | 40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |   |
| 11.125.2310.20YU.0001  |   |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO   |
| 11 - Trabalho  | 125 - Normatização e Fiscalização                               |
| PROGRAMA   |   |
| 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda                                       |   |
| AÇÃO   |   |
| 20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                                       |
| 90000000 - Nacional  |   |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                    | QTD META A ALTERAR |
|--|-------------------------|--------------------|
| Fiscalização realizada (unidade)             |                         | 300                |
|  |                         |                    |
| GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP                 |
| 3 - Outras Despesas Correntes                | 90 - Aplicações Diretas | 8                  |
|  |                         | em R\$ 1,00        |
|  |                         | ACRÉSCIMO          |
|  |                         | 70.000.000         |
|  |                         | TOTAL: 70.000.000  |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | CANCELAMENTO      |
|------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 0  | 2  | 70.000.000        |
|            |       |                             |                         |    |    | em R\$ 1,00       |
|            |       |                             |                         |    |    | CANCELAMENTO      |
|            |       |                             |                         |    |    | 70.000.000        |
|            |       |                             |                         |    |    | TOTAL: 70.000.000 |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina-se contemplar ampliar a dotação orçamentária da Ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional (Seq: 2197). Em 2019, foram destinados a essa Ação, no total, R\$ 70,4 milhões. Na LOA 2020, a dotação foi estabelecida em apenas R\$ 36 milhões, e isso apenas em função do acatamento de emenda da CTASP. Para 2021, a LOA assegurou R\$ 23,85 milhões, valor claramente insuficiente, dada a importância dessa atividade na defesa dos direitos trabalhistas. A LOA 2022 repetiu essa situação, e a PLOA previu apenas R\$ 35 milhões para despesas de custeio e ainda R\$ 11,14 milhões para investimentos, mas com uma meta de fiscalizações de apenas 196.414. A LOA 2024, infelizmente, manteve essa situação, prevendo apenas R\$ 28,926 milhões para despesas de custeio e R\$ 7,112 milhões para investimento, com uma meta de apenas 166.194 fiscalizações. Para 2025, o PLOA prevê apenas R\$ 30,616 milhões para despesas de custeio e R\$ 4,93 milhões para investimentos, e a meta de 130.000 fiscalizações. Além disso não foram consignadas dotações específicas para o combate ao trabalho escravo. Dessa forma, além de ser necessário restabelecer, pelo menos, o montante necessário para a realização de 300.000 fiscalizações, o que não implicará em aumento da dotação, sequer pela inflação verificada no exercício, mas apenas e somente a recuperação parcial do seu valor nominal aprovado em 2019. Propõe-se como fonte dessa destinação parte das dotações alocadas à reserva de contingência na Unidade 90000 - Reserva de Contingência (sequencial 3716), na qual estão consignados R\$ 9.875.864.418, que poderão ser destinados a essa necessidade sem comprometimento do teto de despesas fixado pela LCP 200/2023.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                              |
|---|----------------|------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                       |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                        |
| EMENTA  |                |                              |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |                              |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                              |
| Comissão  |                |                              |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                              |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                              |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                              |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                              |                |                              |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO           |
| 311 - Defesa do/de  |                | 498 - Pessoa com Deficiência |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5811.21G1.0043   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0043 - No Estado do Rio Grande do Sul                             |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 4300000 - Rio Grande do Sul                                       |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 500                |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |  | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 30                      | Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8  | 50.000.000               |
| 3      | Outras Despesas Correntes | 40                      | Transferências a Municípios                    | 8  | 100.000.000              |
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas                             | 8  | 50.000.000               |
| 4      | Investimentos             | 30                      | Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8  | 50.000.000               |
| 4      | Investimentos             | 40                      | Transferências a Municípios                    | 8  | 50.000.000               |
| TOTAL: |                           |                         |  |    | 300.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 300.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 300.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a implantação, fortalecimento e execução de obras (construção, reforma e equipagem) de serviços de atendimento voltados para a temática de pessoas com deficiência; desenvolvimento e divulgação de estudos e pesquisas; realização de cursos; seminários, oficinas, encontros técnicos e capacitação de recursos humanos (técnicos, agentes sociais, gestores públicos e profissionais); e, elaboração, produção, e difusão de publicações sobre a temática que tratem dos direitos da pessoa com deficiência e de seus respectivos conselhos estaduais e municipais, abrangendo temas relativos a acessibilidade e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, visando instigar a mobilização social, da universidade, de instituições governamentais e não governamentais e de particulares, gerando conhecimento e desenvolvendo ações articuladas, nas localidades em que forem implantados os serviços de atendimento ao cidadão, relativas à acessibilidade e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, estipulando e qualificando a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social. Diante do exposto solicito a aprovação desta emenda.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |        |
| Comissão   |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                |        |
| 006 - Apoio a Projetos   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO   |                |        |
| 387 - População em situação de rua   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5814.21G3.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua                             |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 30                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO  |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 30.000.000 |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 30.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 60.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 60.000.000   |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 60.000.000   |

JUSTIFICATIVA

Articulação e qualificação de dados e informações sobre a população de rua e as catadoras de materiais recicláveis; oferta de cursos e capacitações voltadas para agentes que atuem com a temática em questão; incentivo à organização associativa e participação em instâncias de controle social; implantação de serviços, espaços de convivência e equipamentos para uso e atendimento das pessoas em situação de rua e catadoras de materiais recicláveis; oferta de serviços, em articulação com outros órgãos, tais como acesso à documentação, qualificação profissional, assessoramento técnico, inclusão digital e atendimento jurídico; produção e distribuição de materiais informativos e de comunicação; realização de ações que promovam oportunidade para superação da situação crônica de rua (Programa Moradia Primeiro); apoio na constituição e no funcionamento do CIAMP-Rua em todos os âmbitos da Federação.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                        |
|---|----------------|------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                 |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                  |
| EMENTA  |                |                        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |                        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                        |
| Comissão  |                |                        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO     |
| 311 - Defesa do/de  |                | 288 - Direitos Humanos |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5837.21G5.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 10                 |

|                             |                         |    |             |           |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-----------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 500.000   |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 500.000   |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 1.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |             |              |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 1.000.000    |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 1.000.000    |

JUSTIFICATIVA

A ação 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações é fundamental para assegurar a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, bem como para garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matérias de direitos humanos. A ampliação de recursos nesta ação visa fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção, mediação e enfrentamento de violações de direitos humanos, assegurando atendimento adequado às vítimas, promoção da cidadania, e articulação com redes de proteção. Ademais, possibilita o desenvolvimento de programas educativos, campanhas de conscientização e capacitações, essenciais para a construção de uma cultura de respeito, inclusão e não discriminação. Do mesmo modo, investimentos nesta área contribuem para aprimorar mecanismos de responsabilização e reparação, reduzindo a impunidade e promovendo justiça social, especialmente para populações historicamente vulnerabilizadas. Portanto, a presente emenda se justifica pela necessidade de fortalecimento institucional e pelo compromisso com a defesa da dignidade da pessoa humana, a valorização da diversidade e a reparação de violações, consolidando avanços e garantindo que os direitos humanos sejam plenamente assegurados a toda a sociedade.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                                |
|--|----------------|--------------------------------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                         |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                          |
| EMENTA   |                |                                |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS |                |                                |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                                |
| Comissão   |                |                                |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                                |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                                |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                                |
| 38 - Igualdade Racial  |                |                                |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO             |
| 058 - Fomento ao Desenvolvimento das Comunidades de Quilombos  |                | 150 - Políticas Governamentais |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 67000 - Ministério da Igualdade Racial | 67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5802.21FE.0040

|  |   |
|--|---|
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA   |   |
| 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos                   |   |
| AÇÃO   |   |
| 21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0040 - Na Região Sul   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |   |
| 9400000 - Região Sul   |   |
| COMPLEMENTO DA LOCALIDADE  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Comunidade apoiada (unidade)                 |      | 1.500              |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000 |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 300.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 400.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 400.000.000 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 400.000.000 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo o apoio técnico, estudos de viabilidade econômica, capacitação de agentes de apoio e da comunidade local e apoio a projetos de fortalecimento institucional envolvendo as organizações representativas das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais, a fim de promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades a partir de suas especificidades e de dotá-las de conhecimentos e de instrumentos adequados para qualificar e otimizar a interlocução junto às instâncias governamentais, facilitando o acesso aos espaços de gestão democrática. Diante do exposto solicito a aprovação desta emenda.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA                                       |                |        |
| Comissão   |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal                                      |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                       |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO                                  |                |        |
| 311 - Defesa do/de   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO   |                |        |
| 001 - LGBTQIA  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania     | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA                                     |   |
| 14.422.5812.21G2.0001                                      |   |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania                                 | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA   |   |
| 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ |   |
| AÇÃO   |   |
| 21G2 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA                                     | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional   |   |

|  |                         |                    |
|--|-------------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                    | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |                         | 20                 |
| em R\$ 1,00                                  |                         |                    |
| GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP                 |
| 3 Outras Despesas Correntes                  | 90 Aplicações Diretas   | 8                  |
| 4 Investimentos                              | 90 Aplicações Diretas   | 8                  |

TOTAL: 50.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |              |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 50.000.000   |

TOTAL: 50.000.000

JUSTIFICATIVA

Apoiar programas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Esses programas não apenas promovem o respeito à diversidade, mas também são ferramentas indispensáveis para combater a discriminação, assegurar direitos e melhorar as condições de vida de pessoas que historicamente enfrentam exclusão e preconceito. Em primeiro lugar, esses programas têm um papel crucial na proteção dos direitos humanos. Pessoas LGBTQIA+ enfrentam altos índices de violência, discriminação e marginalização em diversas esferas da vida, incluindo o trabalho, a educação, a saúde e o convívio social. Promover políticas públicas que protejam essa população é uma forma de garantir os princípios de igualdade e dignidade humana, fundamentais em qualquer sociedade democrática. Além disso, programas voltados para a população LGBTQIA+ contribuem para a inclusão social e a promoção da cidadania. Eles oferecem suporte em áreas como saúde, educação e trabalho, proporcionando acesso igualitário a serviços essenciais. Por exemplo, políticas específicas na saúde ajudam a combater a discriminação nos atendimentos médicos e a atender demandas específicas, como o cuidado à saúde mental e o acesso a tratamentos hormonais para pessoas trans. Do ponto de vista econômico, esses programas também são relevantes. Ao combater a exclusão e promover a inclusão, eles permitem que pessoas LGBTQIA+ acessem oportunidades de emprego e contribuam plenamente para o desenvolvimento social e econômico do país. A inclusão no mercado de trabalho não apenas beneficia os indivíduos diretamente, mas também fortalece a economia ao diversificar talentos e perspectivas. Apoiar esses programas também desempenha um papel importante na educação e conscientização da sociedade como um todo. A promoção de campanhas educativas e a implementação de políticas afirmativas nas



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

escolas ajudam a reduzir preconceitos e criar ambientes mais acolhedores para todos. Isso é fundamental para a formação de gerações futuras mais empáticas e respeitosas. Por fim, esses programas refletem o compromisso de um país com os direitos humanos e a igualdade, alinhando-se a padrões internacionais de promoção da diversidade e combate à discriminação, como os preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Investir na promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia para fortalecer a coesão social e construir um ambiente mais seguro para todos



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência   |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0040  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0040 - Na Região Sul  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9400000 - Região Sul  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.500              |

| GND |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO                           | RP | em R\$ 1,00 |
|-----|---------------------------|---|----|-------------|
|     |                           |   |    | ACRÉSCIMO   |
| 3   | Outras Despesas Correntes | 30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8  | 100.000.000 |
| 3   | Outras Despesas Correntes | 40 Transferências a Municípios                    | 8  | 100.000.000 |
| 3   | Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas                             | 8  | 100.000.000 |
| 4   | Investimentos             | 30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8  | 200.000.000 |

TOTAL: 500.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00  |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
|            |       |                           |                         |    |    | CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000  |

TOTAL: 500.000.000

JUSTIFICATIVA

Está emenda visa assessoria técnica e financeira a Estados e Municípios em regime de contrapartida, por meio de criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência e adequação dos serviços não especializados. Realização de eventos para discussão da temática junto aos profissionais de serviços e à sociedade em geral. Divulgação dos serviços e realização de campanhas. Desenvolvimento de material educativo e de matriz pedagógica para qualificação dos profissionais e elaboração de diretrizes para o funcionamento adequado dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tais iniciativas visam aperfeiçoar os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência. Diante do exposto solicito a aprovação desta emenda.



24

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003196      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO              | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5662.21GJ.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |   |
| AÇÃO  |   |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 5    | 2.000              |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 120.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 200.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 320.000.000              |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE |      | GND |                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------------|------|-----|-------------------------|-------------------------|-----------|----|----|-----------------------------|
| 000003566        | 1000 | 9   | Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2  | 320.000.000                 |
| TOTAL:           |      |     |                         |                         |           |    |    | 320.000.000                 |

### JUSTIFICATIVA

1- Articulação de políticas de prevenção primária, secundária e terciária e de acesso à justiça, com produção de guias, elaboração de protocolos, revisão de normas e diretrizes para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, visando ao fomento às iniciativas voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e à consolidação dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, consideradas em sua diversidade e especificidades, inclusive de forma itinerante

2-Apoio técnico e financeiro para a criação e o fortalecimento de organismos institucionais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos estados e municípios;

3-Fortalecimento dos sistemas de ouvidorias com ações e atendimentos que visem diretamente assegurar os direitos das mulheres.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência   |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5662.21GJ.0001                                  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |                         |                    |
|--|-------------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                    | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |                         | 2.000              |
| em R\$ 1,00                                  |                         |                    |
| GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP ACRÉSCIMO       |
| 3 Outras Despesas Correntes                  | 90 Aplicações Diretas   | 8 320.000.000      |
| TOTAL:                                       |                         | 320.000.000        |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|  |                         |                    |
|--|-------------------------|--------------------|
| SEQUENCIAL FONTE GND                     | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID RP CANCELAMENTO |
| 000003566 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0 2 320.000.000    |
| TOTAL:                                   |                         | 320.000.000        |

JUSTIFICATIVA

1- Articulação de políticas de prevenção primária, secundária e terciária e de acesso à justiça, com produção de guias, elaboração de protocolos, revisão de normas e diretrizes para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, visando ao fomento às iniciativas voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e à consolidação dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, consideradas em sua diversidade e especificidades, inclusive de forma itinerante

2-Apoio técnico e financeiro para a criação e o fortalecimento de organismos institucionais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos estados e municípios;

3-Fortalecimento dos sistemas de ouvidorias com ações e atendimentos que visem diretamente assegurar os direitos das mulheres.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - CTAB |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000002139   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 40000 - Ministério do Trabalho e Emprego  | 40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |        |
| 11.125.2310.20YU.0001   |   |        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |        |
| 11 - Trabalho   | 125 - Normatização e Fiscalização                               |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda  |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho        |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

|  |         |                    |
|--|---------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META    | QTD META A ALTERAR |
| Fiscalização realizada (unidade)             | 130.000 | 300.000            |

|                             |                         |    |                          |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 2  | 42.628.154               |
| TOTAL:                      |                         |    | 42.628.154               |

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         |           |  | em R\$ 1,00 |    |              |            |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-----------|--|-------------|----|--------------|------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           |  | ID          | RP | CANCELAMENTO |            |
| 000002138                    | 1052  | 9 Reserva de Contingência | 99                      | A Definir |  |             | 0  | 0            | 42.628.154 |
| TOTAL:                       |       |                           |                         |           |  |             |    | 42.628.154   |            |

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda destina-se a ampliar a dotação orçamentária da Ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional (Seq: 2139). Em 2019, foram destinados a essa Ação, no total, R\$ 70,4 milhões. Na LOA 2020, a dotação foi estabelecida em apenas R\$ 36 milhões, e isso apenas em função do acatamento de emenda da CTASP. Para 2021, a LOA assegurou R\$ 23,85 milhões, valor claramente insuficiente, dada a importância dessa atividade na defesa dos direitos trabalhistas. A LOA 2022 repetiu essa situação, e a PLOA previu apenas R\$ 35 milhões para despesas de custeio e ainda R\$ 11,14 milhões para investimentos, mas com uma meta de fiscalizações de apenas 196.414. A LOA 2024, manteve essa situação, prevendo apenas R\$ 28,926 milhões para despesas de custeio e R\$ 7,112 milhões para investimento, com uma meta de apenas 166.194 fiscalizações. Para 2025, a LOA previu apenas R\$ 30,616 milhões para despesas de custeio e R\$ 4,93 milhões para investimentos, e a meta de 130.000 fiscalizações. Para 2026, o PLOA prevê a mesma meta e o valor de R\$ 32,598 milhões. Além disso não foram consignadas dotações específicas para o combate ao trabalho escravo. Dessa forma, além de ser necessário restabelecer, pelo menos, o montante necessário para a realização de 300.000 fiscalizações, o que não implicará em aumento da dotação, sequer pela inflação verificada no exercício, mas apenas e somente a recuperação parcial do seu valor nominal aprovado em 2019. Propõe-se como fonte dessa destinação parte das dotações alocadas à reserva de contingência na Unidade 90000 - Reserva de Contingência que poderão ser destinados a essa necessidade sem comprometimento do teto de despesas fixado pela LCP 200/2023.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000003520   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5837.21G5.0001   |        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |        |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 25   | 2.000              |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 59.000.000               |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 60.000.000               |
| TOTAL:                      |                         |    | 119.000.000              |

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |             |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID                          | RP          |
| 000003566                    | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0                           | 2           |
| TOTAL:                       |       |                           |                         |                             | 119.000.000 |

**JUSTIFICATIVA**

Ações que visem diretamente assegurar a cidadania e a proteção de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de reparação por graves violações, promoção e defesa dos direitos humanos e políticas de educação e cultura em direitos humanos.

A ação será implementada por meio de execução direta, de descentralização para órgãos da administração pública federal ou por meio de parcerias com órgãos dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como com instituições de ensino superior e com organizações da sociedade civil. Em caso de formalização de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, a implementação será feita com transferência de recurso da União, somada à apresentação de contrapartida financeira dos entes da federação. Já nas parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, o recurso para implementação da ação será repassado, integralmente, pela concedente.¿¿



28

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |        |
| Comissão  |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                              |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                |        |
| 311 - Defesa do/de  |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO  |                |        |
| 498 - Pessoa com Deficiência                                      |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

|   |                       |
|---|-----------------------|
| FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA   | 14.422.5811.21G1.0001 |
| FUNÇÃO  |                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  |                       |
| SUBFUNÇÃO   |                       |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                   |                       |
| PROGRAMA  |                       |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |                       |
| AÇÃO  |                       |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |                       |
| SUBTÍTULO   |                       |
| 0001 - Nacional   |                       |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |                       |
| 9000000 - Nacional  |                       |
| COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |                       |
|   |                       |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 2.000              |

|                               |                         |    |             |             |
|-------------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| GND                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 90 - Aplicações Diretas | 8  |             | 150.000.000 |
| TOTAL:                        |                         |    |             | 150.000.000 |

|                              |       |                             |                         |       |              |
|------------------------------|-------|-----------------------------|-------------------------|-------|--------------|
| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                             |                         |       | em R\$ 1,00  |
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID RP | CANCELAMENTO |
| 000003566                    | 1000  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 0 2   | 150.000.000  |
| TOTAL:                       |       |                             |                         |       | 150.000.000  |

### JUSTIFICATIVA

A ação será implementada por meio de execução direta, de descentralização para órgãos da administração pública federal ou de parcerias com órgãos dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, com instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. Em caso de formalização de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, a implementação será feita com transferência de recurso da União, somada à apresentação de contrapartida financeira dos entes da federação. Já nas parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, o recurso para implementação da ação será repassado, integralmente, pela concedente.??



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                                     |
|--|----------------|-------------------------------------|
| TIPO AUTOR                                     | TIPO DE EMENDA | EMENDA                              |
| Comissão                                       | APROPRIAÇÃO    | -----                               |
| EMENTA   |                |                                     |
| 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS |                |                                     |
| MODALIDADE DE EMENDA                           |                |                                     |
| Comissão                                       |                |                                     |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA                            |                |                                     |
| 10 - Orçamento Fiscal                          |                |                                     |
| ÁREA DE GOVERNO                                |                |                                     |
| 36 - Povos Indígenas                           |                |                                     |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO                      |                | TIPO DE REALIZAÇÃO                  |
| 311 - Defesa do/de                             |                | 484 - Política para povos Indígenas |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 84000 - Ministério dos Povos Indígenas   | 84101 - Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |   |
| 14.423.5838.21FL.0040  |   |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 423 - Assistência aos Povos Indígenas                         |
| PROGRAMA   |   |
| 5838 - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas |   |
| AÇÃO   |   |
| 21FL - Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas   |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0040 - Na Região Sul   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                                     |
| 9400000 - Região Sul   |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Comunidade indígena beneficiada (unidade)    |      | 10                 |

|                 |                         |    |             |
|-----------------|-------------------------|----|-------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
| 4 Investimentos | 90 Aplicações Diretas   | 8  | ACRÉSCIMO   |
|                 |                         |    | 200.000.000 |
| TOTAL:          |                         |    | 200.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|                  |      |                           |    |           |              |
|------------------|------|---------------------------|----|-----------|--------------|
| SEQUENCIAL FONTE | GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO   | ID | RP        | em R\$ 1,00  |
| 000003566        | 1000 | 9 Reserva de Contingência | 99 | A Definir | CANCELAMENTO |
|                  |      |                           | 0  | 2         | 200.000.000  |
| TOTAL:           |      |                           |    |           | 200.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A referida emenda visa estabelecer Proteção, Promoção e Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas.



30

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

**Espelho - Emenda à Despesa**

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000003514   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5811.21G1.0001   |        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |        |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 7    | 2.000              |

|                             |                         |    |                          |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 150.000.000              |

|                              |       |                           |                         |             |    |              |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-------------|----|--------------|
| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         | em R\$ 1,00 |    |              |
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID          | RP | CANCELAMENTO |
| 000003566                    | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0           | 2  | 150.000.000  |
| TOTAL:                       |       |                           |                         |             |    | 150.000.000  |

**JUSTIFICATIVA**

A ação será implementada por meio de execução direta, de descentralização para órgãos da administração pública federal ou de parcerias com órgãos dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, com instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. Em caso de formalização de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, a implementação será feita com transferência de recurso da União, somada à apresentação de contrapartida financeira dos entes da federação. Já nas parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, o recurso para implementação da ação será repassado, integralmente, pela concedente.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                        |
|---|----------------|------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                 |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                  |
| EMENTA  |                |                        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |                        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                        |
| Comissão  |                |                        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO     |
| 311 - Defesa do/de  |                | 288 - Direitos Humanos |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5837.21G5.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 2.000              |

|                             |                         |    |                          |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 260.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 260.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |                             |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 260.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 260.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Ações que visem diretamente assegurar a cidadania e a proteção de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de reparação por graves violações, promoção e defesa dos direitos humanos e políticas de educação e cultura em direitos humanos.

A ação será implementada por meio de execução direta, de descentralização para órgãos da administração pública federal ou por meio de parcerias com órgãos dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como com instituições de ensino superior e com organizações da sociedade civil. Em caso de formalização de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, a implementação será feita com transferência de recurso da União, somada à apresentação de contrapartida financeira dos entes da federação. Já nas parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, o recurso para implementação da ação será repassado, integralmente, pela concedente.¿¿



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003196      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0001  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |  |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 5    | 45                 |

|                             |                         |    |             |             |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 150.000.000 |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 150.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 300.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |             |              |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
| 000003563  | 1076  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 0  |             | 300.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 300.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A emenda se presta a robustecer as verbas ministeriais dedicadas a campanhas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Consta-se que as políticas públicas focadas na punibilidade criminal tem-se mostrado insuficientes, exigindo uma abordagem complementar, pautada na conscientização e da educação da população sobre o assunto.

**Espelho - Emenda à Despesa**

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA     |
|---|----------------|------------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----      |
| EMENTA  |                |            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS |                |            |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                | SEQUENCIAL |
| Comissão  |                | 000003516  |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |            |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |            |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5814.21G3.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua                             |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 7    | 29                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO                           | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|---|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas                             | 8  | 30.000.000               |
| 4 Investimentos             | 30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 8  | 80.000.000               |
| TOTAL:                      |   |    | 110.000.000              |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003503  | 1000  | 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 0  | 2  | 110.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                             |                         |    |    | 110.000.000                 |

**JUSTIFICATIVA**

O programa visa oferecer serviços públicos de cuidado e higiene pessoal para a população em situação de rua, por meio da disponibilização de espaços e equipamentos públicos que serão organizados em parceria com entidades da sociedade civil. Os Pontos de Apoio da Rua oferecerão serviços de guarda de bens e pertences, informações sobre cuidados básicos de saúde e higiene pessoal e orientação a população em situação de rua sobre outros direitos e serviços. A implementação dos PAR se dará progressivamente nas cidades com mais de 500 mil habitantes que tenham maior concentração de pessoas em situação de rua. Os serviços do programa poderão ser prestados por entidades da sociedade civil que tenham experiência comprovada de atuação junto à população em situação de rua e os Pontos de Apoio da Rua poderão funcionar tanto nos espaços das próprias entidades, como em espaços locados ou cedidos pelo poder público, desde que adequados ao cumprimento dos objetivos do programa. Vale lembrar que, em julho deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, o prazo de 120 dias para que o governo federal elaborasse um plano de ação para a efetiva implementação da Política Nacional para a População de Rua, criada pelo Decreto nº 7.053 de 2009. Desde então o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem promovido articulações para o cumprimento desta determinação.

Frente a situações crônicas de violações de direitos humanos, como as quais estão submetidas as pessoas em situação de rua, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania têm se posicionado de forma a contribuir com os sistemas de justiça nacionais e internacionais, no sentido de reconhecer as devidas condenações ao Estado e seguir à risca suas recomendações com a devida diligência. Neste sentido, o ministro Sílvio Almeida anunciou que o governo federal trabalha na elaboração do Plano Nacional em Defesa da População em Situação de Rua – que deve ser lançado ainda este ano – e a considera pauta prioritária, o que demanda maior centralidade na alocação de recursos.

A exemplo, em julho, foi lançada a operação Inverno Acolhedor que, com o apoio de municípios, movimentos sociais e entidades da

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 04:36:57h

**\*IMPORTANTE:** Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 26





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

sociedade civil, distribuiu cobertores e itens de proteção contra o frio intenso. Só esta operação demandou R\$ 5 milhões destinados a equipamentos de proteção térmica, desenvolvimento de ações de acolhimento e protocolos de orientação às pessoas em situação de rua. A instituição do Programa Pontos de Apoio à População de Rua (PAR) é mais uma iniciativa do MDHC para a promoção de ações de promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, política que precisa e pode ter cada vez mais capilaridade no território nacional. No entanto, na própria portaria só há a previsão de recursos a partir parcerias e termos de doação de empresas públicas e privadas. A imprevisibilidade de recursos não deveria se tornar obstáculo para uma política de primeira ordem na promoção e defesa de direitos fundamentais desta população em crítica vulnerabilidade.

Conforme o Decreto nº 11431 de 1º de janeiro de 2023 é de competência dos Direitos Humanos e da Cidadania estabelecer conforme o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 a elaboração de planos e projetos relacionados à Política Nacional para a População em Situação de Rua, coordenar e propor medidas para a articulação intersetorial das políticas públicas federais, assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na Política Nacional para a População em Situação de Rua, exercer a função de secretaria-executiva do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, auxiliar na implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e incentivar e apoiar a implantação de comitês gestores intersectoriais locais de acompanhamento e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O estudo do Ipea que alertou sobre o aumento do número de pessoas nas ruas, demonstrou também que este número é muito maior, em proporção, do que o da população em geral. No período de dez anos, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento vulnerável foi de 211%. Segundo dados do IBGE, o aumento populacional brasileiro foi de 11% entre 2011 e 2021. O Ipea ainda alertou que há certa subnotificação dos números sobre esta população em geral por falta de alcance dos instrumentos e políticas disponíveis. Este diagnóstico convoca os olhares para o MDHC, pois as políticas existentes nas áreas da saúde e da assistência social são políticas permanentes de ministérios mais resilientes às mudanças governamentais. MDHC ainda assim é responsável pela garantia dos direitos desta população, inclusive quando se trata das articulações necessárias para a manutenção e bom funcionamento dos programas interministeriais já existentes. Sob a liderança do Ministro Silvío Almeida, o MDHC busca mais musculatura institucional e, por meio de execução de políticas baseadas nas melhores evidências, busca ir além de papeis de articulação que não atendem suficientemente às responsabilidades deste Ministério e demonstrará a capacidade de execução de programas que sempre deveriam existir, mas foram sistematicamente engavetados por más gestões e pelos constrangimentos das instabilidades políticas em prejuízo à defesa de direitos humanos.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                        |
|---|----------------|------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                 |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                  |
| EMENTA  |                |                        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |                        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                        |
| Comissão  |                |                        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO     |
| 311 - Defesa do/de  |                | 288 - Direitos Humanos |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5837.21G5.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 600                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 200.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 200.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 200.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 200.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa fortalecer ações que visem diretamente assegurar a cidadania e a proteção de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de reparação por graves violações, promoção e defesa dos direitos humanos e políticas de educação e cultura em direitos humanos.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000003514   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |        |
| 14.422.5811.21G1.0001   |   |        |
| FUNÇÃO  |   |        |
| 14 - Direitos da Cidadania  |   |        |
| SUBFUNÇÃO   |   |        |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                   |   |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 7    | 365                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 420.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 420.000.000              |

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003563  | 1076  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 0  | 420.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 420.000.000                 |

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda visa assegurar recursos para a implementação da AVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL Unificada da Deficiência, que integra as ações do Novo Viver Sem Limite e é uma das grandes demandas da sociedade reivindicada na CPD. A reivindicação também foi defendida na 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada após 8 anos, para construirmos um Brasil mais inclusivo. Ora, é preciso garantir a aplicação e o desenvolvimento de políticas inclusivas para garantir o acesso aos direitos, ouvindo as pessoas com deficiência, que são mais de 18 milhões no país, sendo 6 milhões de pessoas com autismo. Solicitação também do Ministério que, explica que a “Avaliação Biopsicossocial Unificada é uma iniciativa transformadora que visa garantir a dignidade, a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência no Brasil, promovendo uma transição do assistencialismo para uma abordagem de direitos humanos e cidadania.” E destaca ainda que “a nova avaliação tem por base os resultados do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Decreto Nº 11.487, de 10 de abril de 2023, com vistas a regulamentar o instrumento correlato da avaliação biopsicossocial referido no art. 2º da Lei 13.146/2015 (LBI). Além disso, esta avaliação é uma das ações estruturantes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite. O Brasil tem o compromisso de implantar a avaliação biopsicossocial que conceituará as deficiências a partir da compreensão dos aspectos biológicos e psicossociais, tendo como matriz as funcionalidades de cada pessoa avaliada. Será necessário construir um sistema nacional de avaliação, bem como implantar estruturas avaliadoras.

Além disso, é importante amparar a política de CUIDAR DE QUEM CUIDA. Prestação de serviço público e gratuito para fornecer, a familiares que cuidam de pessoas com deficiência, atendimento psicológico, orientações sobre autocuidado e capacitação sobre os cuidados a pessoas com diferentes tipos de deficiência, além de informações e assistência jurídica para acessarem bens, serviços e outras políticas públicas pelo Estado brasileiro. Melhorar a qualidade de vida de familiares que cuidam de pessoas com deficiência, informando- as sobre o autocuidado e garantindo a elas o apoio físico, emocional e social necessário para evitar o abandono familiar das pessoas com deficiência.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                              |
|---|----------------|------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                       |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                        |
| EMENTA  |                |                              |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |                              |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                              |
| Comissão  |                |                              |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                              |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                              |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                              |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                              |                |                              |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO           |
| 311 - Defesa do/de  |                | 498 - Pessoa com Deficiência |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5811.21G1.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 200                |

|                             |                         |    |             |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | ACRÉSCIMO   |
|                             |                         |    | 25.000.000  |
| TOTAL:                      |                         |    | 25.000.000  |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |              |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00  |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | CANCELAMENTO |
|            |       |                           |                         |    |    | 25.000.000   |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 25.000.000   |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa apoiar a atuação na promoção de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias, por intermédio do enfrentamento às barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania.



38

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA    | EMENDA |
|--|-------------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO       | -----  |
| EMENTA   |                   |        |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS |                   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                   |        |
| Comissão   | <b>SEQUENCIAL</b> |        |
|  | <b>000003207</b>  |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                   |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
|--|---|
| 67000 - Ministério da Igualdade Racial | 67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** **14.422.5802.21FE.0001**

| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                       |
|--|---|
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA   |   |
| 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos                   |   |
| AÇÃO   |   |
| 21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |   |
| 9000000 - Nacional   |   |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Comunidade apoiada (unidade)                 | 24   | 55                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO          |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|--------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 70.000.000         |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 30.000.000         |
| <b>TOTAL:</b>               |                         |    |             | <b>100.000.000</b> |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO       |
|---------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------------|
| 000003563     | 1076  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 0  |             | 100.000.000        |
| <b>TOTAL:</b> |       |                           |                         |    |    |             | <b>100.000.000</b> |

### JUSTIFICATIVA

APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA DE TERREIRO E CIGANOS POR MEIO DE SUPORTE TÉCNICO, FOMENTO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, PARCERIAS, AÇÕES ESTRUTURANTES, FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                                 |
|--|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA   |                |                                 |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                                 |
| Comissão   |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                                 |
| 37 - Mulheres  |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 085 - Autonomia  |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres  | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5663.21GG.0001                                   |  |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA   |  |
| 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres  |  |
| AÇÃO   |  |
| 21GG - Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres |  |
| SUBTÍTULO  |  |
| 0001 - Nacional  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional   |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 15.000             |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|--------|---------------------------|-------------------------|----|-------------|
|        |                           |                         |    | ACRÉSCIMO   |
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 50.000.000  |
| 4      | Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 50.000.000  |
| TOTAL: |                           |                         |    | 100.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE GND |                                | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00  |
|----------------------|--------------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
|                      |                                |                         |    |    | CANCELAMENTO |
| 000003566            | 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 100.000.000  |
| TOTAL:               |                                |                         |    |    | 100.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar apoio a iniciativas de promoção da autonomia econômica das mulheres e da equidade de gênero e de raça no mundo do trabalho, visando modificar a divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país; 2- Promoção de ações de qualificação profissional e de ações formativas para as mulheres, considerando as desigualdades de classe, raça e etnia; 3- Apoio à execução de ações de enfrentamento à pobreza e à fome dirigidas às mulheres em situação de vulnerabilidade, com vistas à geração de trabalho e renda e à superação da miséria; 4- Promoção da formação das mulheres urbanas e rurais, do campo, das florestas, das águas, quilombolas e indígenas, nas áreas de gestão empresarial, empreendedorismo, economia feminista e solidária, visando à organização produtiva e social 5 - Gestão, construção e fortalecimento da Política Nacional de Cuidados, por meio de campanhas, da qualificação profissional na área de cuidados e de ações de formação.



40

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|------------|----------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |

EMENTA  
21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES

MODALIDADE DE EMENDA  
Comissão

**SEQUENCIAL**  
**000003520**

ESFERA ORÇAMENTÁRIA  
10 - Orçamento Fiscal

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**      **14.422.5837.21G5.0001**

FUNÇÃO  
14 - Direitos da Cidadania

SUBFUNÇÃO  
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

PROGRAMA  
5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

AÇÃO  
21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações

SUBTÍTULO  
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA  
9000000 - Nacional

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 25   | 48                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00        |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------|
|                             |                         |    | ACRÉSCIMO          |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000        |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000        |
| <b>TOTAL:</b>               |                         |    | <b>200.000.000</b> |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00        |
|---------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------------|
|               |       |                           |                         |    |    | CANCELAMENTO       |
| 000003563     | 1076  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 0  | 200.000.000        |
| <b>TOTAL:</b> |       |                           |                         |    |    | <b>200.000.000</b> |

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina recursos para a estruturação e manutenção da rede integrada de proteção e promoção social, articulando as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda de Cidadania e Inclusão Produtiva com o objetivo de prevenir, planejar ações de apoio e atenção a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecer vínculos familiares e comunitários, garantir a proteção social à infância, à adolescência, à pessoa idosa e com deficiência, à promoção da inclusão social da pessoa com deficiência e demais populações vulneráveis.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência   |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0001  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 200                |

| GND |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----|---------------------------|-------------------------|----|-------------|
|     |                           |                         |    | ACRÉSCIMO   |
| 3   | Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 30.000.000  |
| 4   | Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 30.000.000  |

TOTAL: 60.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE GND |                                | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00  |
|----------------------|--------------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
|                      |                                |                         |    |    | CANCELAMENTO |
| 000003566            | 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 60.000.000   |

TOTAL: 60.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar apoio a articulação de políticas de prevenção primária, secundária e terciária e de acesso à justiça, com produção de guias, elaboração de protocolos, revisão de normas e diretrizes para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, visando ao fomento às iniciativas voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e à consolidação dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, consideradas em sua diversidade e especificidades, inclusive de forma itinerante. Dar apoio técnico e financeiro para a criação e o fortalecimento de organismos institucionais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos estados e municípios e também o fortalecimento dos sistemas de ouvidorias com ações e atendimentos que visem diretamente assegurar os direitos das mulheres.





42

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                                 |
|--|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA   |                |                                 |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                                 |
| Comissão   |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                                 |
| 37 - Mulheres  |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 074 - Casa da Mulher   |                | 883 - Política para as mulheres |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres  | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| <b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>  | <b>14.422.5662.00SN.0001</b>                           |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA   |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência  |  |
| AÇÃO   |  |
| 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira |  |
| SUBTÍTULO  |  |
| 0001 - Nacional  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional   |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Unidade implementada (unidade)               |      | 5.000.000          |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP                 | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO  |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|-------------|------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8           | 30.000.000 |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8           | 30.000.000 |
| TOTAL: |                           |                         |                    |             | 60.000.000 |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |     |                         |              |    |    | em R\$ 1,00  |
|------------------------------|-------|-----|-------------------------|--------------|----|----|--------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |              | ID | RP | CANCELAMENTO |
| 000003566                    | 1000  | 9   | Reserva de Contingência | 99 A Definir | 0  | 2  | 60.000.000   |
| TOTAL:                       |       |     |                         |              |    |    | 60.000.000   |

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ao apoio à construção e à equipagem de unidades da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira para o atendimento de mulheres em situação de violência, a serem geridos pelos entes estaduais ou municipais, e apoio ao custeio das unidades da Casa da Mulher Brasileira.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                           |        |
|---|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA  |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                           |        |
| Comissão  |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                           |        |
| 311 - Defesa do/de  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|   | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |                          |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |

TOTAL: 700.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |                             |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |

TOTAL: 700.000.000

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.<br>Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).<br>De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:<br><br>1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);<br>5 computadores;<br>1 impressora multifuncional;<br>1 refrigerador;<br>1 bebedouro;<br>1 smart TV; |



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



46

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |                        |
|--|----------------|------------------------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA                 |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----                  |
| EMENTA   |                |                        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES - SENADORA DAMARES ALVES |                |                        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |                        |
| Comissão   |                |                        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |                        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |                        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |                        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                |                        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                | TIPO DE REALIZAÇÃO     |
| 311 - Defesa do/de   |                | 288 - Direitos Humanos |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA   | 14.422.5837.21G5.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                       |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                               |                         |    |                          |
|-------------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 99 - A Definir          | 2  | 300.000.000              |
| TOTAL:                        |                         |    | 300.000.000              |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                             |                         |    |    |                             |
|------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 0  | 2  | 300.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                             |                         |    |    | 300.000.000                 |

### JUSTIFICATIVA

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações - AÇÃO 21G5  
Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações.  
O que pode ser executado: ações que visem diretamente assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de reparação por graves violações, promoção e defesa dos direitos humanos e políticas de educação e cultura em direitos humanos.  
A ação será implementada por meio de execução direta, de descentralização para órgãos da administração pública federal ou por meio de parcerias com órgãos dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como com instituições de ensino superior e com organizações da sociedade civil. Em caso de formalização de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, a implementação será feita com transferência de recurso da União, somada à apresentação de contrapartida financeira dos entes da federação. Já nas parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, o recurso para implementação da ação será repassado, integralmente, pela concedente.  
A presente emenda destina recursos para a estruturação e manutenção da rede integrada de proteção e promoção social, articulando as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda de Cidadania e Inclusão Produtiva com o objetivo de prevenir, planejar ações de apoio e atenção a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecer vínculos familiares e comunitários, garantir a proteção social à infância, à adolescência, à pessoa idosa e com deficiência, à promoção da inclusão social da pessoa com deficiência e demais populações vulneráveis.

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 04:44:03h

**\*IMPORTANTE:** Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 39



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA - SENADORA DAMARES ALVES - CASA DA MULHER BRASILEIRA |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 074 - Casa da Mulher  |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres  | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |  |
| 14.422.5662.00SN.0001  |  |
| FUNÇÃO   |  |
| 14 - Direitos da Cidadania   |  |
| SUBFUNÇÃO  |  |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos  |  |
| PROGRAMA   |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência  |  |
| AÇÃO   |  |
| 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira |  |
| SUBTÍTULO  |  |
| 0001 - Nacional  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |  |
| 9000000 - Nacional   |  |
| COMPLEMENTO DA LOCALIDADE  |  |
|  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Unidade implementada (unidade)               |      | 50                 |

|                             |                         |    |             |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|                             |                         |    | ACRÉSCIMO   |
| 3 Outras Despesas Correntes | 99 A Definir            | 2  | 250.000.000 |
| 4 Investimentos             | 99 A Definir            | 2  | 250.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |              |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00  |
|            |       |                           |                         |    |    | CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A Ação Orçamentária 00SN – Apoio à Implementação Casas da Mulher Brasileira (CMB) integra o programa temático de segurança e proteção social do Ministério das Mulheres e visa estruturar unidades físicas de atendimento integrado para pessoas em situação de violência doméstica e familiar, oferecendo apoio jurídico, social, psicológico e institucional.

De forma técnica, a Ação envolve:

- Construção, ampliação e equipagem das unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB);
- Apoio à operação e manutenção das estruturas (sistemas de informação, mobiliário, veículos, TI, capacitação de pessoal etc.);
- Integração interinstitucional de órgãos públicos (polícia civil, Ministério Público, Defensoria, Judiciário, assistência social e saúde) em um único espaço físico.
- A ação tem caráter interfederativo, com execução descentralizada (União + Estados + Municípios) via convênios e transferências voluntárias.

Dados objetivos sobre a violência doméstica no Brasil  
Segundo levantamentos oficiais do Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e IPEA, a violência doméstica e



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

familiar segue sendo uma das principais causas de atendimento e demandas de segurança pública no país.

Indicadores recentes (2023-2024):

-Mais de 640 mil boletins de ocorrência por violência doméstica foram registrados em 2023 (dados do FBSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024)ç

-Em média, uma pessoa foi vítima de feminicídio a cada 6 horas em 2023;

-Houve aumento de 2,6% nos registros de lesão corporal dolosa em contexto doméstico;

-Mais de 500 mil medidas protetivas de urgência foram emitidas pelo Judiciário em 2023;

-O canal Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) registrou cerca de 1,4 milhão de atendimentos no mesmo período.

Esses números mostram alta demanda por serviços integrados de acolhimento e orientação, que as Casas da Mulher Brasileira buscam reunir em um único ponto de atendimento, otimizando tempo, custo e resposta do Estado.

Fontes: FBSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Painel de Indicadores de Violência Doméstica

IPEA / Atlas da Violência 2023

Disque 180 – Relatório de Gestão 2023

Importância e justificativa da Ação 00SN

a) Racionalização de recursos e integração institucional

A Casa da Mulher Brasileira reduz a fragmentação dos serviços públicos. Ao reunir em um mesmo espaço:

-Atendimento social e psicológico;

-Delegacia especializada;

-Ministério Público;

-Defensoria Pública e Juizado especializado, o modelo diminui custos operacionais, agiliza o atendimento e aumenta a efetividade da proteção.

Cada unidade passa a funcionar como um centro integrado de atendimento e não como um equipamento isolado.

b) Eficiência administrativa

A execução via 00SN tem sido estruturada com repasses por convênios e termos de execução descentralizada (TEDs), acompanhados por cronogramas físicos-financeiros e metas de entrega.

Isso permite:

-Controle físico (execução de obras e aquisições);

-Monitoramento digital (SICONV / TransfereGov);

-Prestação de contas padronizada, e

-Indicadores de impacto social.

c) Benefício econômico e social

De acordo com o IPEA, cada R\$ 1 investido em prevenção e atendimento integrado à violência doméstica gera uma economia potencial de R\$ 3,00 a R\$ 4,00 ao sistema público (saúde, segurança e previdência), ao reduzir custos hospitalares, judiciais e previdenciários.

Ou seja, o investimento na ação 00SN tem retorno fiscal e social mensurável.

d) Abrangência territorial

O plano atual prevê:

-27 Casas da Mulher Brasileira em capitais (meta de cobertura integral até 2026);

-40 unidades regionais em municípios-polo, em parceria com estados;

-Expansão para municípios de médio porte via “Casas Regionais” com custo reduzido (módulo padrão entre R\$ 6 e R\$ 12 milhões).

-Cada unidade completa atende em média de 5 mil a 8 mil pessoas por ano, dependendo da região e da estrutura.

A Ação 00SN – É uma política pública de infraestrutura e atendimento social com base em evidências, sustentada por três pilares técnicos:

-Integração de serviços públicos: reduz duplicidade e tempo de resposta;

-Eficiência fiscal: tem retorno econômico positivo ao Estado por reduzir custos decorrentes de reincidência e judicialização;

-Impacto social mensurável: melhora o acesso ao atendimento, aumenta a taxa de resolução de casos e reduz a sobrecarga em sistemas de saúde e segurança pública;

-Dado o alto número de ocorrências de violência doméstica, o investimento na 00SN representa uma ação de Estado de natureza estrutural, voltada à proteção, acolhimento e racionalização administrativa, e não apenas de assistência;

-Em termos de planejamento, a política é comparável a um programa nacional de infraestrutura social integrada, cuja execução federativa contribui para modernizar a capacidade do Estado de resposta a emergências sociais.





Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão   | 000003198      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres  | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |  |
| 14.422.5663.21GG.0001  |  |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA   |  |
| 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres  |  |
| AÇÃO   |  |
| 21GG - Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres |  |
| SUBTÍTULO  |  |
| 0001 - Nacional  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |  |
| 9000000 - Nacional   |  |

|  |       |                    |
|--|-------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META  | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 2.743 | 100                |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|-------------|-------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  |             | 180.000.000 |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  |             | 150.000.000 |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    |             | 330.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE |      | GND |                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------------|------|-----|-------------------------|-------------------------|-----------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566        | 1000 | 9   | Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2  |             | 330.000.000  |
| TOTAL:           |      |     |                         |                         |           |    |    |             | 330.000.000  |

JUSTIFICATIVA

O problema a ser enfrentado através dessa ação são as desigualdades sociais estruturais que impactam diretamente as mulheres, em toda a sua diversidade, e que incidem sobre suas condições de autonomia econômica e política. Essas desigualdades dificultam o acesso das mulheres aos postos de trabalho formal, naturalizam a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, comprometem o uso do tempo e limitam sua participação na esfera pública e produtiva.

Segundo o relatório “Mulheres: Inserção no mercado de trabalho”, elaborado pelo DIEESE com dados do 3º trimestre de 2022 da PNAD Contínua (IBGE), as mulheres representavam 91% dos ocupados no setor de serviços domésticos, recebendo em média 20% a menos que os homens. Nos serviços de educação, saúde e assistência social, elas eram 75% dos trabalhadores, com remuneração 32% inferior à dos homens.

Além da desigualdade salarial, as mulheres enfrentam maior vulnerabilidade econômica e menor inserção na rede de proteção social: apenas 65% contribuem para a previdência social, 48,8% possuem carteira assinada e 43,3% estão na informalidade. Uma em cada cinco mulheres trabalha por conta própria, sendo que 70% não têm CNPJ e 64% não contribuem com a previdência.

Este programa está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, que visa alcançar a igualdade e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. As metas contempladas incluem:

- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da oferta de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, promovendo a responsabilidade compartilhada no lar e na família.
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de decisão política, econômica e pública.
- Adotar e fortalecer políticas e legislações voltadas à promoção da equidade e à emancipação das mulheres em todos os níveis.

Par enfrentar essas dificuldades, o Ministério das Mulheres desenvolveu este programa que impulsiona iniciativas voltadas à promoção da igualdade de direitos – salarial, remuneratório, laboral e de cuidados – no trabalho produtivo e reprodutivo, conforme a Lei nº 14.611 /2023, que assegura igualdade salarial entre mulheres e homens, e a Lei nº 15.069/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados. As ações articulam mecanismos intersetoriais de combate à pobreza, à fome e ao desemprego entre mulheres, valorizando o trabalho de



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

cuidado e integrando-o às políticas de desenvolvimento econômico e social. O objetivo é reposicionar as mulheres como sujeitas de direito, fortalecendo sua autonomia econômica e ampliando a igualdade de oportunidades, com atenção às desigualdades raciais e territoriais. Por meio de ações de formação e qualificação profissional, o programa promove o acesso ao trabalho digno, à geração de renda e à justiça econômica e social.

Além disso, a ação apoia a consolidação de cooperativas e empreendimentos coletivos formados por mulheres, com foco na geração de renda, autonomia econômica e inclusão social. Busca ampliar a presença feminina em atividades produtivas, especialmente em territórios populares e rurais, valorizando o trabalho coletivo e comunitário e promovendo o desenvolvimento local e redes solidárias de produção.

Também contempla a construção e ampliação de equipamentos públicos que atendam às necessidades de quem cuida e de quem é cuidado, contribuindo para a redução da sobrecarga das mulheres com trabalho não remunerado.

Por fim, promove a autonomia das mulheres em territórios urbanos periféricos e rurais, com foco na formação e mobilização comunitária. Estimula a organização coletiva e o fortalecimento da participação cidadã das mulheres, visando consolidar uma rede de articuladoras territoriais com atuação descentralizada, conectada a lideranças e atores locais, garantindo capilaridade e enraizamento territorial.



**Espelho - Emenda à Despesa**

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003196      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO              | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5662.21GJ.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |   |
| AÇÃO  |   |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 5    | 100                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 210.000.000 |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 190.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 400.000.000 |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 400.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 400.000.000  |

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem como objetivo ampliar os recursos destinados ao Ministério das Mulheres, com foco no fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, promoção da equidade e garantia dos direitos humanos das mulheres em sua diversidade.

A violência contra as mulheres é uma das mais graves formas de violação de direitos humanos no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no primeiro semestre de 2022, o país registrou cerca de 700 feminicídios, um recorde histórico. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil sofreram agressões físicas decorrentes da violência doméstica. Os dados revelam ainda o impacto do racismo estrutural: mulheres negras representam 67% das vítimas de feminicídio e 89% das vítimas de violência sexual.

Diante desse cenário, é imperativo fortalecer a atuação do Ministério das Mulheres por meio de ações articuladas e intersetoriais que promovam a prevenção, o enfrentamento e a reparação da violência de gênero.

A emenda está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 da Agenda 2030 da ONU — “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” — especialmente nos seguintes compromissos:

- 5.1: Eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas.
- 5.2: Erradicar todas as formas de violência de gênero, incluindo tráfico e exploração sexual.
- 5.3: Abolir práticas nocivas como casamento infantil, forçado e mutilações genitais femininas.

Diante desse cenário, a ampliação orçamentária proposta visa:

1. Fortalecer a articulação de políticas públicas de prevenção primária, secundária e terciária
  - Produção de materiais informativos, guias e protocolos de atendimento.
  - Revisão de normas e diretrizes para os serviços de acolhimento às vítimas.
  - Promoção da autonomia, autoestima, conhecimento e organização de mulheres vulnerabilizadas.
  - Fortalecimento de vínculos comunitários e redes de apoio comunitário.
  - Promoção de autodefesa e ações socioeducativas, fortalecendo a segurança, autonomia e direitos de meninas e mulheres

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 às(s) 04:45:38h

**\*IMPORTANTE:** Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 44



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

2. Investir na formação continuada de profissionais da rede de atendimento
    - Capacitação técnica para reduzir a revitimização e garantir respostas céleres, integradas e humanizadas.
    - Implantação de fluxos e protocolos padronizados entre os serviços da rede.
  3. Consolidar e expandir os serviços da rede de enfrentamento à violência
    - Empoderar as mulheres e fortalecer lideranças com conhecimento jurídico nas comunidades para atuarem em defesa das mulheres e de suas comunidades
  4. Fortalecer os sistemas de ouvidoria e canais de escuta ativa
    - Garantia de acesso à justiça e mecanismos de denúncia seguros e eficazes.
  5. Ampliar o diálogo com a sociedade civil
    - Realização de fóruns e espaços participativos que contemplem a diversidade das mulheres brasileiras.
- A presente emenda representa um compromisso com a vida, a dignidade e os direitos das mulheres brasileiras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000003193      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |  |
| 14.422.5661.21GF.0001   |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres                                 |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GF - Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |  |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 79   | 100                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 180.000.000 |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 150.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 330.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 330.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 330.000.000  |

JUSTIFICATIVA

A persistência de sistemas patriarcais no cenário político brasileiro continua a limitar o acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão. Estruturas institucionais, sociais e culturais perpetuam desigualdades históricas, como a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres com responsabilidades de cuidado, dificultando sua inserção plena na vida pública. Além disso, a violência contra mulheres, tanto em ambientes privados quanto públicos, e a ausência de cultura política voltada à paridade nos partidos reforçam barreiras à participação feminina.

Essas desigualdades são ainda mais acentuadas entre mulheres negras, indígenas, jovens e de outras identidades sub-representadas, que enfrentam escassez de recursos, redes de apoio e tempo disponível para atuação política. A falta de representatividade impede que suas demandas sejam adequadamente contempladas nas políticas públicas e no orçamento público.

Apesar de avanços recentes, como a criação de secretarias estaduais da Mulher em diversos estados, ainda há lacunas significativas. Segundo levantamento da ONG Elas no Poder (2023), um terço dos estados brasileiros não possui secretarias específicas para atender às demandas da população feminina. Mesmo entre os estados que instituíram essas pastas, muitas ainda carecem de estrutura, recursos e capacidade técnica para promover políticas efetivas. A existência dessas secretarias, por si só, não garante a transversalidade da pauta das mulheres, que deve ser incorporada por todos os órgãos governamentais.

Diante desse cenário, o fortalecimento institucional dos Organismos de Políticas para Mulheres (OPM) é essencial. O Ministério das Mulheres lançou em outubro de 2025 o Programa de Fortalecimento da Gestão de Políticas para as Mulheres (Portaria nº 441/2025), com o objetivo de ampliar a capilaridade e efetividade das políticas públicas de igualdade de gênero. O programa contempla apoio à gestão por meio de veículos, mobiliário, equipamentos e processos formativos, além de integrar a perspectiva de gênero às políticas ambientais e enfrentar a violência política contra mulheres. A ação colabora ainda com a análise e difusão de informações de dados socioeconômicos sobre as mulheres e as desigualdades enfrentadas por mulheres, através do Relatório Anual Econômico da Mulher - RASEAM.

Especialmente a ação pretende desenvolver formação em gestão de políticas públicas para gestoras dos OPM, capacitando-as para elaborar, implementar e monitorar políticas eficazes que promovam a igualdade para as mulheres. A iniciativa está alinhada ao Objetivo



54

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 da ONU, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

**Espelho - Emenda à Despesa**

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão   | 000003197      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO              | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5662.00SN.0001

|  |   |
|--|---|
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA   |   |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência  |   |
| AÇÃO   |   |
| 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |   |
| 9000000 - Nacional   |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Unidade implementada (unidade)               | 4    | 100                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO     |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|---------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 800.000.000 |               |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 900.000.000 |               |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 1.700.000.000 |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00   | CANCELAMENTO  |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|---------------|---------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 1.700.000.000 |               |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |               | 1.700.000.000 |

**JUSTIFICATIVA**

Fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência A violência contra as mulheres constitui uma das mais graves violações de Direitos Humanos no Brasil. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que, apenas no primeiro semestre de 2022, foram registrados cerca de 700 casos de feminicídio, um recorde histórico. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil sofreram agressões físicas decorrentes de violência doméstica. A dimensão racial da violência é alarmante: mulheres negras representam 67% das vítimas de feminicídio e 89% das vítimas de violência sexual, evidenciando o impacto do racismo estrutural. A presente emenda visa retomar e ampliar a capacidade de resposta do Estado brasileiro frente à violência de gênero, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 da ONU, que propõe:

- 5.1: Acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas;
- 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas, incluindo tráfico e exploração sexual;
- 5.3: Eliminar práticas nocivas como casamentos forçados e mutilações genitais femininas. O objetivo da ação da ação é a ampliação das unidades de atendimento às mulheres vítimas de violência, com foco em serviços integrados que evitem a revitimização e garantam acesso ágil e humanizado à rede especializada. Esses espaços reúnem, em um só lugar, serviços essenciais como atendimento psicológico, assistência social, delegacia especializada, acesso à Justiça e capacitação profissional, facilitando o acesso ao auxílio necessário em momentos de vulnerabilidade. Oferecem atendimento integrado, evitando a revitimização e facilitando o acesso a serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres.
- Construção e equipagem de Casas da Mulher Brasileira nas cinco regiões do país, com estrutura completa: brinquedoteca, alojamento de passagem, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Ministério Público, Tribunal de Justiça, atendimento psicossocial e Central de Transporte.



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

· Criação de Centros de Referência da Mulher Brasileira, adaptados a municípios menores, com serviços especializados de acolhimento psicossocial e jurídico, brinquedoteca e encaminhamento à rede de proteção.

· Ampliação das unidades móveis de atendimento, voltadas às mulheres do campo, da floresta, das águas, quilombolas, indígenas e ciganas, garantindo acesso territorializado e inclusivo aos serviços de proteção. Essa emenda representa um compromisso com a vida, a dignidade e os direitos das mulheres brasileiras, especialmente das mais vulnerabilizadas, e contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                              |
|---|----------------|------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                       |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                        |
| EMENTA  |                |                              |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |                              |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                              |
| Comissão  |                |                              |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                              |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                              |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                              |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                              |                |                              |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO           |
| 311 - Defesa do/de  |                | 498 - Pessoa com Deficiência |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5811.21G1.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 100                |

|                             |                         |    |             |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | ACRÉSCIMO   |
|                             |                         |    | 100.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 100.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|                  |      |                           |    |           |                 |
|------------------|------|---------------------------|----|-----------|-----------------|
| SEQUENCIAL FONTE | GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO   | ID | RP        | em R\$ 1,00     |
| 000003565        | 1000 | 9 Reserva de Contingência | 99 | A Definir | CANCELAMENTO    |
|                  |      |                           |    |           | 0 2 100.000.000 |
| TOTAL:           |      |                           |    |           | 100.000.000     |

JUSTIFICATIVA

Recursos adicionais permitem ampliar a rede de projetos de acessibilidade, inclusão produtiva e tecnologias assistivas, priorizando municípios com baixos índices de acessibilidade em equipamentos públicos. A emenda foca capacitação de equipes, adequações razoáveis e difusão de soluções de baixo custo, garantindo aderência à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.

Com a adição proposta, a CDH fortalece a execução territorial, reduzindo desigualdades regionais e maximizando impacto físico mensurável (iniciativas apoiadas). O desenho facilita celebração de parcerias com entidades qualificadas e prefeituras, acelerando entregas e prestação de contas.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência   |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0001  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 15                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 100.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003565  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 100.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 100.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Fortalecer a rede de enfrentamento à violência (protocolos, guias, capacitações, sistemas de ouvidoria, estruturas de acesso à justiça e apoio a organismos estaduais/municipais). É um instrumento flexível para qualificar fluxos da Lei Maria da Penha e integrar serviços como delegacias, saúde e assistência. Trata-se de prioridade transversal e com grande sensibilidade pública, gerando convergência entre bancadas e governos locais.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                    |
|---|----------------|------------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                             |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                              |
| EMENTA  |                |                                    |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS |                |                                    |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                    |
| Comissão  |                |                                    |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                    |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                    |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                    |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                                    |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO                 |
| 006 - Apoio a Projetos  |                | 387 - População em situação de rua |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5814.21G3.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua                             |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |                       |                    |
|--|-----------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                  | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |                       | 42                 |
| GND  |                       |                    |
| MODALIDADE DE APLICAÇÃO                      |                       |                    |
| 3 Outras Despesas Correntes                  | 90 Aplicações Diretas | 8                  |
|  |                       | em R\$ 1,00        |
|  |                       | ACRÉSCIMO          |
|  |                       | 100.000.000        |
| TOTAL:                                       |                       | 100.000.000        |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|                  |      |                           |    |           |              |
|------------------|------|---------------------------|----|-----------|--------------|
| SEQUENCIAL FONTE | GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO   | ID | RP        | CANCELAMENTO |
| 000003565        | 1000 | 9 Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 0 2          |
|                  |      |                           |    |           | em R\$ 1,00  |
|                  |      |                           |    |           | 100.000.000  |
| TOTAL:           |      |                           |    |           | 100.000.000  |

JUSTIFICATIVA

Financiar ampliação de centros de acolhimento e de atendimento psicossocial, rotas de cuidado, equipes de abordagem e políticas de documentação civil — pontos críticos para reduzir mortalidade e violência contra esta população. Também viabilizam apoio a organizações de catadoras/es, com formação e equipamentos. A ação tem alto retorno social e visibilidade, dialoga com decisões judiciais e recomendações de órgãos de controle, e permite pactuação federativa célere.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                        |
|---|----------------|------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                 |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                  |
| EMENTA  |                |                        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |                        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                        |
| Comissão  |                |                        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO     |
| 311 - Defesa do/de  |                | 288 - Direitos Humanos |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5837.21G5.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 25                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO   |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  |             | 150.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    |             | 150.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000003565  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  |             | 150.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    |             | 150.000.000  |

JUSTIFICATIVA

Ampliar a capacidade do MDHC de financiar iniciativas estruturantes (protocolos, capacitações, campanhas, centros de referência e proteção a grupos vulneráveis), acelerando a resposta a violações e melhorando a coordenação entre União, estados e municípios. O escopo amplo da ação permite direcionar recursos a territórios e públicos prioritários, com execução rápida por convênios ou execução direta.

**Espelho - Emenda à Despesa**

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|---|----------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |        |
| Comissão  |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania                              |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                |        |
| 311 - Defesa do/de  |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO  |                |        |
| 498 - Pessoa com Deficiência                                      |                |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
|--|---|
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5811.21G1.0001**

| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência          |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |
| COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |   |
|   |   |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 100                |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 100.000.000 |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|
| 000003565  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 100.000.000 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 100.000.000 |

**JUSTIFICATIVA**

Recursos adicionais permitem ampliar a rede de projetos de acessibilidade, inclusão produtiva e tecnologias assistivas, priorizando municípios com baixos índices de acessibilidade em equipamentos públicos. A emenda foca capacitação de equipes, adequações razoáveis e difusão de soluções de baixo custo, garantindo aderência à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.

Com a adição proposta, a CDH fortalece a execução territorial, reduzindo desigualdades regionais e maximizando impacto físico mensurável (iniciativas apoiadas). O desenho facilita celebração de parcerias com entidades qualificadas e prefeituras, acelerando entregas e prestação de contas.



62

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|---|----------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |        |
| Comissão  |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                |        |
| 311 - Defesa do/de  |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO  |                |        |
| 288 - Direitos Humanos  |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
|--|---|
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |

| FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA   | 14.422.5837.21G5.0001 |
|---|-----------------------|
| FUNÇÃO  |                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  |                       |
| SUBFUNÇÃO   |                       |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                                   |                       |
| PROGRAMA  |                       |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |                       |
| AÇÃO  |                       |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |                       |
| SUBTÍTULO   |                       |
| 0001 - Nacional   |                       |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |                       |
| 9000000 - Nacional  |                       |
| COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |                       |
|   |                       |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 25                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----------------------------|-------------------------|----|-------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000 |
| TOTAL:                      |                         |    | 150.000.000 |

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         | em R\$ 1,00        |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID RP CANCELAMENTO |
| 000003565                    | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0 2 150.000.000    |
| TOTAL:                       |       |                           |                         | 150.000.000        |

### JUSTIFICATIVA

Ampliar a capacidade do MDHC de financiar iniciativas estruturantes (protocolos, capacitações, campanhas, centros de referência e proteção a grupos vulneráveis), acelerando a resposta a violações e melhorando a coordenação entre União, estados e municípios. O escopo amplo da ação permite direcionar recursos a territórios e públicos prioritários, com execução rápida por convênios ou execução direta.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                 |
|---|----------------|---------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                          |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                           |
| EMENTA  |                |                                 |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |                |                                 |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                 |
| Comissão  |                |                                 |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                 |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                 |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                 |
| 37 - Mulheres   |                |                                 |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO              |
| 021 - Prevenção/Repressão Violência   |                | 883 - Política para as mulheres |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                                   |
| 65000 - Ministério das Mulheres   | 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5662.21GJ.0001  |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos        |
| PROGRAMA  |  |
| 5662 - Mulher Viver sem Violência   |  |
| AÇÃO  |  |
| 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                              |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 15                 |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 100.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 100.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003565  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 100.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 100.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Fortalecer a rede de enfrentamento à violência (protocolos, guias, capacitações, sistemas de ouvidoria, estruturas de acesso à justiça e apoio a organismos estaduais/municipais). É um instrumento flexível para qualificar fluxos da Lei Maria da Penha e integrar serviços como delegacias, saúde e assistência. Trata-se de prioridade transversal e com grande sensibilidade pública, gerando convergência entre bancadas e governos locais.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |                                    |
|---|----------------|------------------------------------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA                             |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----                              |
| EMENTA  |                |                                    |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS |                |                                    |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |                                    |
| Comissão  |                |                                    |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |                                    |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |                                    |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |                                    |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                |                                    |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                | TIPO DE REALIZAÇÃO                 |
| 006 - Apoio a Projetos  |                | 387 - População em situação de rua |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |   |
| 14.422.5814.21G3.0001   |   |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO   |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                               |
| PROGRAMA  |   |
| 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua                             |   |
| AÇÃO  |   |
| 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE   |
| 90000000 - Nacional   |   |

|  |                       |                    |
|--|-----------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                  | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |                       | 42                 |
| GND  |                       |                    |
| MODALIDADE DE APLICAÇÃO                      |                       |                    |
| 3 Outras Despesas Correntes                  | 90 Aplicações Diretas | 8                  |
|  |                       | em R\$ 1,00        |
|  |                       | ACRÉSCIMO          |
|  |                       | 100.000.000        |
|  |                       | TOTAL: 100.000.000 |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|                  |      |                           |    |           |                    |
|------------------|------|---------------------------|----|-----------|--------------------|
| SEQUENCIAL FONTE | GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO   | ID | RP        | CANCELAMENTO       |
| 000003565        | 1000 | 9 Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 0 2                |
|                  |      |                           |    |           | em R\$ 1,00        |
|                  |      |                           |    |           | 100.000.000        |
|                  |      |                           |    |           | TOTAL: 100.000.000 |

JUSTIFICATIVA

Financiar ampliação de centros de acolhimento e de atendimento psicossocial, rotas de cuidado, equipes de abordagem e políticas de documentação civil — pontos críticos para reduzir mortalidade e violência contra esta população. Também viabilizam apoio a organizações de catadoras/es, com formação e equipamentos. A ação tem alto retorno social e visibilidade, dialoga com decisões judiciais e recomendações de órgãos de controle, e permite pactuação federativa célere.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 150.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE |      | GND |                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------------|------|-----|-------------------------|-------------------------|-----------|----|----|-----------------------------|
| 000003566        | 1000 | 9   | Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:           |      |     |                         |                         |           |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



**Espelho - Emenda à Despesa**

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA                        | EMENDA |
|--|---------------------------------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO                           | -----  |
| EMENTA   |                                       |        |
| 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO |                                       |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                                       |        |
| Comissão   | <b>SEQUENCIAL</b><br><b>000003335</b> |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                                       |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                                       |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte | 69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** **23.691.2802.210C.0001**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                |
| 23 - Comércio e Serviços   | 691 - Promoção Comercial |
| PROGRAMA   |                          |
| 2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioproductiva   |                          |
| AÇÃO   |                          |
| 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato |                          |
| SUBTÍTULO  |                          |
| 0001 - Nacional  |                          |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |                          |
| 9000000 - Nacional   |                          |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META    | QTD META A ALTERAR |
|--|---------|--------------------|
| Empresa apoiada (unidade)                    | 456.514 | 1.400              |

| GND           |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |  | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|---------------|---------------------------|-------------------------|--|----|--------------------------|
| 3             | Outras Despesas Correntes | 30                      | Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 2  | 100.000.000              |
| 3             | Outras Despesas Correntes | 40                      | Transferências a Municípios                    | 2  | 100.000.000              |
| <b>TOTAL:</b> |                           |                         |  |    | <b>200.000.000</b>       |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|---------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566     | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 200.000.000                 |
| <b>TOTAL:</b> |       |                           |                         |    |    | <b>200.000.000</b>          |

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda busca fortalecer o empreendedorismo como instrumento de promoção de direitos humanos, especialmente no que se refere à garantia de trabalho digno, autonomia econômica e inclusão social de populações vulneráveis. Micro e pequenas iniciativas produtivas representam, em muitos territórios do país, a principal via de geração de renda e acesso a oportunidades, sobretudo para mulheres, juventudes periféricas, pessoas negras, povos tradicionais, pessoas com deficiência e comunidades em situação de pobreza.

A ação 210C contempla políticas de fomento que reduzem desigualdades estruturais, promovem o desenvolvimento local e ampliam a capacidade de inserção desses grupos no mercado de trabalho, em consonância com princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e valorização social do trabalho.

Assim, a alocação de recursos nesta ação contribui para garantir oportunidades econômicas equitativas e fortalecer a cidadania e os direitos sociais, objetivos intrínsecos ao escopo de atuação da Comissão de Direitos Humanos.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 150.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |    | ID        | RP  | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|-----|-------------------------|----|-----------|-----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9   | Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 0 2 | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |     |                         |    |           |     | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |   |        |
|---|---|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA  | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO   | -----  |
| EMENTA  |   |        |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES |   |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL  |        |
| Comissão  | 000003520   |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |   |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |   |        |
| ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO  |   |        |
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |        |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania                            | 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta |        |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5837.21G5.0001                                      |   |        |
| FUNÇÃO  |   |        |
| 14 - Direitos da Cidadania  |   |        |
| SUBFUNÇÃO   |   |        |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos                                   |   |        |
| PROGRAMA  |   |        |
| 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações |   |        |
| AÇÃO  |   |        |
| 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações |   |        |
| SUBTÍTULO   |   |        |
| 0001 - Nacional   |   |        |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |        |
| 9000000 - Nacional  |   |        |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 | 25   | 1.000              |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 70.000.000               |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 30.000.000               |
| TOTAL:                      |                         |    | 100.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                          | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|------------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000000002  | 1000  | 1 Pessoal e Encargos Sociais | 90 Aplicações Diretas   | 0  | 1  | 100.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                              |                         |    |    | 100.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade ampliar os recursos desta ação, apoiando mais projetos voltados para assegurar a cidadania de segmentados invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de reparação por graves violações, promoção e defesa dos direitos humanos e políticas de educação e cultura em direitos humanos.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE ACRÉSCIMO - APROPRIAÇÃO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 150.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP        | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|-----|-------------------------|----|-----------|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9   | Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |     |                         |    |           | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
|---|---------------------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA  |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CDH - SEN. DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                           |        |
| Comissão  |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                           |        |
| 311 - Defesa do/de  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|   | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |

TOTAL: 700.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |

TOTAL: 700.000.000

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais. |
| Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).   |
| De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:  |
| 1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);   |
| 5 computadores;  |
| 1 impressora multifuncional;   |
| 1 refrigerador;  |
| 1 bebedouro;   |
| 1 smart TV;  |





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENDA   |                |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |        |
| Comissão   |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |        |
| B1 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                |        |
| B11 - Defesa do/de   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO   |                |        |
| 483 - Criança/Adolescente  |                |        |

| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
|--|--|
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| FUNÇÃO  |  | SUBFUNÇÃO                                    |  |
| 14 - Direitos da Cidadania  |  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |  |
| PROGRAMA  |  |  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |  |  |
| AÇÃO  |  |  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |  |  |
| SUBTÍTULO   |  |  |  |
| 0001 - Nacional   |  |  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |  |
| 9000000 - Nacional  |  |  |  |

| GND |               |    | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----|---------------|----|-------------------------|----|--------------------------|
| 4   | Investimentos | 99 | A Definir               | 2  | 700.000.000              |

| SEQUENCIAL |      |   | FONTE                   | GND | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |  | ID | RP          | CANCELAMENTO |
|------------|------|---|-------------------------|-----|-------------------------|--|----|-------------|--------------|
| 000003566  | 1000 | 9 | Reserva de Contingência | 99  | A Definir               |  | 0  | 2           | 700.000.000  |
| TOTAL:     |      |   |                         |     |                         |  |    | 700.000.000 |              |

**AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES**

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.

Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:

- 1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);
- 5 computadores;
- 1 impressora multifuncional;
- 1 refrigerador;
- 1 bebedouro;
- 1 smart TV;

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;



78

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                           |        |
|---|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA  |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR JAIME BAGATTOLI (APOIO SEN. DAMARES) - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                           |        |
| Comissão  |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                           |        |
| 311 - Defesa do/de  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|   | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |                          |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |

TOTAL: 700.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|            |       |                           |                         |    |    |                             |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |

TOTAL: 700.000.000

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.<br>Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).<br>De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:<br><br>1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);<br>5 computadores;<br>1 impressora multifuncional;<br>1 refrigerador;<br>1 bebedouro;<br>1 smart TV; |



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



82

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
|--|---------------------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                           |        |
| 311 - Defesa do/de   | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|  | 483 - Criança/Adolescente |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
|--|--|
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.243.5816.21G0.0001

| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
|---|--|
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
|-----------------|-------------------------|----|-------------|
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000 |
| TOTAL:          |                         |    | 700.000.000 |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 700.000.000 |

### JUSTIFICATIVA

AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais. Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027). De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de "kits" padronizados a municípios, compostos geralmente por:

1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);  
5 computadores;  
1 impressora multifuncional;  
1 refrigerador;  
1 bebedouro;  
1 smart TV;  
Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 12:18:46h

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 75





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |        |
| Comissão   |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                |        |
| 311 - Defesa do/de   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO   |                |        |
| 483 - Criança/Adolescente  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  |  |
| 14.243.5816.21G0.0001   |  |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO  |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente                 |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                    | QTD META A ALTERAR |
|--|-------------------------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |                         | 1.000              |
| GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP                 |
| 4 Investimentos                              | 99 A Definir            | 2                  |
|  |                         | em R\$ 1,00        |
|  |                         | ACRÉSCIMO          |
|  |                         | 700.000.000        |
| TOTAL:                                       |                         | 700.000.000        |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 700.000.000  |

JUSTIFICATIVA

AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.

Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:

- 1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);
- 5 computadores;
- 1 impressora multifuncional;
- 1 refrigerador;
- 1 bebedouro;
- 1 smart TV;

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
|--|---------------------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SEN. SERGIO MORO - CDH - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                           |        |
| 311 - Defesa do/de   | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|  | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |
| TOTAL:          |                         |    | 700.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 700.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais. |
| Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).   |
| De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:  |
| 1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);   |
| 5 computadores;  |
| 1 impressora multifuncional;   |
| 1 refrigerador;  |
| 1 bebedouro;   |
| 1 smart TV;  |



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



Espeho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão   | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5115.2F07.0001

|   |   |
|---|---|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |                    | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|--------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 150.000.000              |
| 4      | Investimentos             | 90                      | Aplicações Diretas | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL: |                           |                         |                    |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE |      | GND |                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------------|------|-----|-------------------------|-------------------------|-----------|----|----|-----------------------------|
| 000003566        | 1000 | 9   | Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:           |      |     |                         |                         |           |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.

**Espelho - Emenda à Despesa**

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA             | EMENDA |
|---|----------------------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO                | -----  |
| EMENTA  |                            |        |
| 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SENADORA DAMARES ALVES - PROJETO PENSANDO O DIREITOS - PESQUISA SOBRE O IMPACTO DOS JOGOS E DAS BETS |                            |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                            |        |
| Comissão  |                            |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                            |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                            |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                            |        |
| 05 - Justiça e Segurança Pública  |                            |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                            |        |
| 994 - proteção  | TIPO DE REALIZAÇÃO         |        |
|   | 390 - Defesa do Consumidor |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|  |   |
|--|---|
| <b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>                                | <b>14.422.5115.2334.0001</b>                    |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania                                   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA   |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos |   |
| AÇÃO   |   |
| 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor                       |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA                                       | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                       |
| 9000000 - Nacional   |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa implementada (% de execução)      |      | 1                  |

|                               |                         |    |                          |
|-------------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 90 - Aplicações Diretas | 6  | 1.800.000                |
| <b>TOTAL:</b>                 |                         |    | <b>1.800.000</b>         |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

|               |       |                             |                         |    |    |                             |
|---------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566     | 1000  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 0  | 2  | 1.800.000                   |
| <b>TOTAL:</b> |       |                             |                         |    |    | <b>1.800.000</b>            |

**JUSTIFICATIVA**

O projeto "Pensando o Direito" foi criado pela Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL do MJSP em 2007 para promover participação acadêmica e da sociedade, com o objetivo central de democratizar o processo de elaboração normativa no Brasil e qualificar o debate legislativo com conhecimento científico.

Por meio do financiamento de estudos empíricos interdisciplinares sobre políticas públicas das áreas de competências do MJSP, o projeto fomenta pesquisas que incidam sobre a realidade social de forma propositiva, gerando dados e diagnósticos para influenciar o debate legislativo e contribuir com o fortalecimento das instituições democráticas e a construção de um ordenamento normativo mais eficaz, baseado em dados e evidências e atento aos fenômenos da realidade da população brasileira.

No âmbito desse projeto, pretende-se realizar estudo sobre jogos e plataformas de apostas de quota fixa (bets), para compreender de forma multidimensional os impactos dessa modalidade de apostas na sociedade brasileira, analisando o fenômeno sob perspectivas social, econômica e de saúde pública. A pesquisa pretende analisar a dinâmica do endividamento e da inadimplência das famílias (especialmente as de baixa renda); a correlação entre o fácil acesso e a prevalência da dependência em jogos e seus desdobramentos na saúde mental; os impactos no mercado de trabalho e na economia nacional; a efetividade das regras de publicidade para proteger crianças, adolescentes e os consumidores vulneráveis; o impacto em alguns campos, como igrejas e o setor do varejo; e a eficácia do quadro regulatório para coibir práticas ilegais, como a manipulação de resultados, e práticas criminosas, como a lavagem de dinheiro. Assim, a pesquisa fornecerá dados para o aprimoramento de legislação, políticas públicas e de intervenções regulatórias para proteger as pessoas dos efeitos nocivos do jogo online



Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|--|----------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 2723 - POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO - SENADORA DAMARES ALVES - PRF - PROJETO MAPEAR (ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E TRÁFICO DE PESSOAS) |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |        |
| Comissão   |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                |        |
| 05 - Justiça e Segurança Pública   |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                |        |
| 022 - Reaparelhamento/Modernização   |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO   |                |        |
| 286 - Polícia Rodoviária Federal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   |  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                               |  |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública                            |  | 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal |  |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |  | 06.181.5116.2723.0001                              |  |
| FUNÇÃO   |  | SUBFUNÇÃO  |  |
| 06 - Segurança Pública   |  | 181 - Policiamento                                 |  |
| PROGRAMA   |  |  |  |
| 5116 - Segurança Pública com Cidadania                                       |  |  |  |
| AÇÃO   |  |  |  |
| 2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção |  |  |  |
| SUBTÍTULO  |  |  |  |
| 0001 - Nacional  |  |  |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                          |  |
| 9000000 - Nacional   |  |  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META                    | QTD META A ALTERAR |
|--|-------------------------|--------------------|
| Comando operacional realizado (unidade)      |                         | 1                  |
|  |                         |                    |
| GND  | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP                 |
| 4 Investimentos                              | 90 Aplicações Diretas   | 6                  |
|  |                         | em R\$ 1,00        |
|  |                         | ACRÉSCIMO          |
|  |                         | 6.000.000          |
| TOTAL:                                       |                         | 6.000.000          |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|--------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 6.000.000    |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 6.000.000    |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina-se a apoiar o Projeto MAPEAR, uma iniciativa estratégica da Polícia Rodoviária Federal (PRF), desenvolvida desde 2003, que visa fornecer dados periódicos sobre pontos vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais brasileiras. O objetivo central do MAPEAR é auxiliar no planejamento de medidas preventivas e repressivas de proteção a crianças e adolescentes nas rodovias federais.

1. Caráter Institucional e Interesse Nacional/Regional

O Projeto MAPEAR se configura como uma ação de caráter institucional de interesse nacional e regional por diversos fatores:

- Alcance Geográfico e Institucional: A PRF, com sua ampla atuação ao longo dos 75 mil quilômetros de rodovias federais, estando presente nos 26 estados e no Distrito Federal, garante que o mapeamento e suas ações derivadas tenham um alcance em todo o território nacional.
- Metodologia Qualificada e Consistente: O MAPEAR utiliza uma metodologia robusta, revisada em 2009, em parceria com a Childhood Brasil, cujo sistema calcula e subdivide os pontos por nível de criticidade, consolida as informações em gráficos e permite a filtragem dos pontos para estudo detalhado, inclusive por município. Essa metodologia padronizada permite a comparação sistemática dos dados ao longo dos biênios. O projeto é um exemplo de trabalho articulado e uma das experiências mais bem-sucedidas de policiamento preventivo do Brasil.
- Apoio Intersectorial e Inovação: O projeto conta com parceria permanente da Childhood Brasil, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e, mais recentemente, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD).



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

#### 2. Benefícios Sociais e Econômicos para a População

O financiamento do MAPEAR gera benefícios diretos na segurança e na qualidade de vida das crianças e adolescentes nas áreas de influência das rodovias federais:

- Redução da Vulnerabilidade nos Pontos de Risco: O principal benefício é a diminuição substancial do risco de ocorrência de ESCA ao tornar os pontos mapeados menos vulneráveis. O aumento do policiamento, aliado à ampliação da base de dados, influenciou positivamente a queda da criticidade.

- No biênio 2023/2024, foram identificados 17.687 pontos vulneráveis.

- Houve uma redução nos pontos de maior criticidade: a proporção de pontos críticos caiu de 6,6% para 4,6% e os de alto risco caíram de 19,5% para 14,5% em comparação com o biênio anterior (2021/2022).

- A soma dos pontos críticos e de alto risco (os prioritários para ações) reduziu de 26,1% para 19,1% do total mapeado, mantendo uma tendência promissora de queda.

- Aumento da Eficácia Operacional: A principal ação repressiva da PRF, a Operação DOMIDUCA, é planejada com base nos dados de criticidade do MAPEAR.

- Comparando 2022 e 2023, houve um incremento de 41,1% nos pontos fiscalizados. Apesar do aumento na fiscalização, o número de crianças e adolescentes resgatados em situação de vulnerabilidade diminuiu de 165 (em 2022) para 147 (em 2023). Essa redução é vista como um indicador de que a intensificação do policiamento está reduzindo a exposição de crianças e adolescentes em locais perigosos.

- Conscientização e Engajamento Social: As operações repressivas (DOMIDUCA) possuem um escopo educativo e preventivo. O projeto contabiliza as "pessoas alcançadas" (que receberam orientações). De 2022 para 2023, houve um aumento de 133,4% nas pessoas alcançadas (totalizando 76.606 pessoas em 2023), o que é fundamental para aumentar as denúncias e confrontar a normalização cultural da ESCA.

- Direcionamento de Políticas Públicas: O mapeamento permite traçar o perfil das vítimas resgatadas, essencial para o planejamento pós-resgate e atuação da rede de proteção (Conselhos Tutelares, CREAS). Em 2023, os resgates mostraram que 85% das vítimas eram do gênero feminino e 81,7% eram adolescentes entre 12 e 17 anos, permitindo um olhar especializado e urgente para essa população.



## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA     | EMENDA |
|---|--------------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO        | -----  |
| EMENTA  |                    |        |
| 2017 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA - SENADORA DAMARES ALVES - SENAJUS - PROJETO: ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ACUSADAS DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS |                    |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                    |        |
| Comissão  |                    |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                    |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                    |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                    |        |
| 05 - Justiça e Segurança Pública  |                    |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                    |        |
| 591 - Promoção/Fomento do/da  | TIPO DE REALIZAÇÃO |        |
|   | 003 - Justiça      |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|  |   |
|--|---|
| <b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>                                | <b>14.422.5115.2017.0001</b>                    |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania                                   | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA   |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos |   |
| AÇÃO   |   |
| 2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça              |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA                                       | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                       |
| 9000000 - Nacional   |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        |      | 1                  |

| GND                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-------------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 90 - Aplicações Diretas | 6  | 3.660.998                |
| <b>TOTAL:</b>                 |                         |    | <b>3.660.998</b>         |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|---------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566     | 1000  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 0  | 2  | 3.660.998                   |
| <b>TOTAL:</b> |       |                             |                         |    |    | <b>3.660.998</b>            |

### JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como finalidade o fortalecimento institucional da atuação da Defensoria Pública da União (DPU) frente aos casos de subtração internacional de crianças e adolescentes, especialmente às mães vítimas de violência acusadas de subtração internacional de crianças. A proposta contempla investimentos estruturantes para assistência jurídica às mães vítimas de violência acusadas de subtração internacional de crianças, capacitação das equipes da DPU na temática de subtração internacional de crianças e comunicação sobre violência doméstica e subtração internacional de crianças, com impacto direto na proteção de direitos fundamentais, na promoção da cidadania e na eficiência da resposta estatal frente a esse fenômeno crescente e complexo.

O Brasil é signatário da Convenção de Haia de 1980, promulgada pelo Decreto nº 3.413/00, que estabelece mecanismos de cooperação jurídica internacional para assegurar o retorno da criança ao país de residência habitual. No entanto, a aplicação desses instrumentos exige atuação especializada e sensível às situações de vulnerabilidade, como nos casos em que a mãe, vítima de violência doméstica, é acusada de subtração.

O contexto de violência doméstica e os direitos das mulheres mudaram consideravelmente desde a elaboração da Convenção de 1980 até os dias atuais. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), ao longo da vida, uma em cada três mulheres é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro. Esses números permaneceram praticamente inalterados na última década. A violência praticada pelo parceiro é disparada a forma mais prevalente de violência contra as mulheres em todo o mundo e é endêmica em todos os países e culturas. A DPU considera que a violência doméstica se encaixa nas hipóteses de impedimento de retorno da criança ao país de residência habitual como "risco grave de a criança, no seu retorno, ficar



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável”, mesmo quando esta violência seja “apenas” contra a mãe. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), crianças que crescem em famílias onde há violência podem sofrer uma série de transtornos comportamentais e emocionais que se perpetuam para além da infância. Adicionalmente, é alarmante o fato de que a violência doméstica também está associada a maiores taxas de mortalidade e morbidade entre crianças menores de cinco anos.

Assim, as questões específicas de gênero envolvem também a disputa internacional relacionada à subtração de crianças, causando um olhar atento para que essas percepções não acentuem a desigualdade, a misoginia e o machismo, enraizado em muitos países, inclusive o Brasil.

Trata-se de uma ação de interesse nacional, com impacto direto na proteção da infância, na promoção da justiça e na garantia de direitos de grupos vulnerabilizados, exigindo uma abordagem humanizada, técnica e integrada entre os entes federativos.



**Espelho - Emenda à Despesa**

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA                 | EMENDA |
|---|--------------------------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO                    | -----  |
| <b>EMENTA</b><br>21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL- SENAD - PROGRAMA CENTROS DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL NA POLÍTICA SOBRE DROGAS (CAIS) |                                |        |
| <b>MODALIDADE DE EMENDA</b><br>Comissão   | <b>SEQUENCIAL</b><br>000001315 |        |
| <b>ESFERA ORÇAMENTÁRIA</b><br>20 - Orçamento da Seguridade Social   |                                |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|  |  |
|--|--|
| <b>ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO</b><br>30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b><br>30912 - Fundo Nacional Antidrogas |
|--|--|

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 14.422.5115.21IN.0001

|  |   |
|--|---|
| <b>FUNÇÃO</b><br>14 - Direitos da Cidadania  | <b>SUBFUNÇÃO</b><br>422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| <b>PROGRAMA</b><br>5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                    |   |
| <b>AÇÃO</b><br>21IN - Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social |   |
| <b>SUBTÍTULO</b><br>0001 - Nacional  |   |
| <b>LOCALIDADE BENEFICIADA</b><br>9000000 - Nacional  |   |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Ação apoiada (unidade)                       | 129  | 1                  |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 6  | 24.415.000               |
| <b>TOTAL:</b>               |                         |    | <b>24.415.000</b>        |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|---------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566     | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 24.415.000                  |
| <b>TOTAL:</b> |       |                           |                         |    |    | <b>24.415.000</b>           |

**JUSTIFICATIVA**

O Programa CAIS surge da necessidade de criar políticas de inclusão que aproximem as populações em maior situação de vulnerabilidade. O uso de substâncias, quando associado à exclusão, à vulnerabilidade e a violações sistêmicas de direitos, cria barreiras adicionais ao acesso a serviços essenciais. Aqueles já marginalizados enfrentam desafios ainda maiores para garantir o apoio de que precisam, visto que os serviços públicos muitas vezes permanecem fora de alcance. Isso aprofunda os ciclos de desigualdade, reforçando as próprias disparidades que as políticas sobre drogas deveriam buscar abordar e solucionar.

Reconhecendo essa realidade e para dar cumprimento a decisões judiciais, o Poder Executivo deve promover programas de prevenção e implementar medidas administrativas para aprimorar as políticas públicas para indivíduos com necessidades relacionadas ao uso de substâncias. Esta diretiva ressalta a necessidade de ir além de uma estrutura punitiva e adotar uma abordagem mais compreensiva, abrindo lugar a um modelo abrangente e centrado na saúde que garanta melhor acesso a serviços essenciais e proteção social. O CAIS deve se tornar uma rede nacional de equipamentos públicos que garanta o acesso a direitos e a inclusão social. Ele foi modelado a partir de experiências bem-sucedidas de programas de redução de danos sociais e mitigação de riscos e agravos à saúde nos níveis estadual e municipal. São iniciativas que vão além do enfrentamento dos danos relacionados à saúde, abordando as dimensões sociais do uso de substâncias. Avaliações desses programas mostram que o engajamento com equipes multidisciplinares ajudou a construir confiança e reduzir o estigma. Consequentemente, os programas incentivam consultas voluntárias em serviços de saúde e assistência. Isso, por sua vez, leva à redução do uso de drogas e promove a reinserção social, em parte porque a adesão voluntária permite que as equipes de serviço abordem outras vulnerabilidades sociais, relacionadas ou não ao uso de substâncias. Cada CAIS deve ter a capacidade de atender aproximadamente 1.000 pessoas com demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas por mês e realizar 200 encaminhamentos e/ou acompanhamentos mensais nas redes de proteção social, saúde, trabalho e acesso à justiça.





Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001223      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.2F07.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                |   |
| AÇÃO  |   |
| 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Política implementada (% de execução)        | 100  | 500.000            |

| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 150.000.000              |
| 4 Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 8  | 350.000.000              |
| TOTAL:                      |                         |    | 500.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 500.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 500.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

Esta emenda reconhece a urgência e a necessidade de um compromisso contínuo e ininterrupto do Estado no combate à violência contra as mulheres, uma questão social crítica que afeta diretamente à saúde, segurança e o desenvolvimento socioeconômico do país. Alocar recursos de forma garantida para essas áreas, assegura que as políticas públicas necessárias sejam implementadas de forma eficaz e sustentável, promovendo não apenas a proteção das mulheres, mas também sua capacitação e empoderamento, através empreendedorismo e da educação, estruturação de políticas de acolhimento de mulheres vítimas de violência, cursos de capacitação e defesa pessoal, prevenção, empreendedorismo feminino, sistemas de tecnologia, monitoramento eletrônico, salas lilás e grupos reflexivos, dentro da Ação: 2F07 - Antes que Aconteça Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. Essas medidas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência contra as mulheres é combatida com a seriedade e a atenção requer.



100

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|---|----------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE - SENADORA DAMARES ALVES - SENASP - PROJETO PESSOAS DESAPARECIDAS |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                |        |
| Comissão  |                |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal   |                |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                |        |
| 05 - Justiça e Segurança Pública  |                |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                |        |
| 060 - Fortalecimento do/da  |                |        |
| TIPO DE REALIZAÇÃO  |                |        |
| 582 - Políticas de Segurança  |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta |

### FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.181.5116.21BM.0001

|   |                           |
|---|---------------------------|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                 |
| 06 - Segurança Pública  | 181 - Policiamento        |
| PROGRAMA  |                           |
| 5116 - Segurança Pública com Cidadania  |                           |
| AÇÃO  |                           |
| 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade |                           |
| SUBTÍTULO   |                           |
| 0001 - Nacional   |                           |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE |
| 90000000 - Nacional   |                           |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Ação apoiada (unidade)                       |      | 1                  |

| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 4 Investimentos | 90 Aplicações Diretas   | 2  | 14.000.000               |
| TOTAL:          |                         |    | 14.000.000               |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003565  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 14.000.000                  |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 14.000.000                  |

### JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como finalidade o fortalecimento institucional da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, instituída pela Lei nº 13.812/2019, por meio de investimentos estruturantes em tecnologia, mobilidade e capacitação técnica das forças de segurança pública. Trata-se de uma ação de interesse nacional, conforme definido no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 210/2024, com impacto direto na proteção de direitos fundamentais, na promoção da cidadania e na eficiência da resposta estatal frente ao desaparecimento de pessoas. O desaparecimento de pessoas é um fenômeno complexo e multidimensional, que afeta milhares de famílias brasileiras todos os anos. Estima-se, com base em levantamentos em andamento junto aos órgãos de segurança pública estaduais, que o Brasil registre anualmente entre 75 mil e 85 mil casos de desaparecimento, com uma média superior a 200 notificações por dia. Embora parte dessas pessoas seja localizada, uma parcela significativa permanece sem solução, gerando sofrimento prolongado às famílias e sobrecarga às instituições públicas. A ausência de estrutura adequada nas delegacias especializadas, aliada à carência de capacitação técnica e recursos tecnológicos, compromete a celeridade e a efetividade das investigações. O desaparecimento de pessoas impacta diretamente grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com transtornos mentais e vítimas de violência doméstica, exigindo uma abordagem humanizada e integrada entre os entes federativos. O valor solicitado permitirá implementar um núcleo em cada estado, dando maior agilidade nas investigações, ampliação da capacidade de resposta e melhor atendimento às famílias, bem como treinar aproximadamente 400 profissionais envolvidos no Curso de Investigação Policial aplicada à Busca e Localização de Pessoas Desaparecidas, com carga horária de 40 horas.

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 12:32:40h

**\*IMPORTANTE:** Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 93



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                |        |
|--|----------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão   | 000002139      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 10 - Orçamento Fiscal  |                |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                       | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  |
| 40000 - Ministério do Trabalho e Emprego | 40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 11.125.2310.20YU.0001

|  |                                   |
|--|-----------------------------------|
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                         |
| 11 - Trabalho  | 125 - Normatização e Fiscalização |
| PROGRAMA   |                                   |
| 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda                                       |                                   |
| AÇÃO   |                                   |
| 20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho |                                   |
| SUBTÍTULO  |                                   |
| 0001 - Nacional  |                                   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |                                   |
| 9000000 - Nacional   |                                   |

|  |         |                    |
|--|---------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META    | QTD META A ALTERAR |
| Fiscalização realizada (unidade)             | 130.000 | 1.650              |

| GND    |                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|--------|---------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 3      | Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 6  | 100.000                  |
| 4      | Investimentos             | 90 Aplicações Diretas   | 6  | 700.000                  |
| TOTAL: |                           |                         |    | 800.000                  |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL FONTE GND |        | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP        | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|----------------------|--------|-------------------------|----|-----------|-----------------------------|
| 000002138            | 1052 9 | Reserva de Contingência | 99 | A Definir | 0 0 800.000                 |
| TOTAL:               |        |                         |    |           | 800.000                     |

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo fortalecer a capacidade operacional da Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, no combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas. A erradicação dessas práticas é um compromisso fundamental do Estado brasileiro com a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal.

Os recursos aqui pleiteados serão essenciais para custear as ações fiscais, principalmente destinadas ao investimento na modernização da Inspeção do Trabalho, por meio da aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e outros bens permanentes. Ainda mais e um contexto de reposição no número de Auditores Fiscais do Trabalho. Além disso, parte do valor poderá ser usado para custear operacionalmente as equipes de fiscalização, a manutenção de veículos e outros serviços essenciais.

O fortalecimento da fiscalização no combate ao trabalho escravo é crucial para promover o trabalho decente. Trata-se de uma medida indispensável para assegurar que a legislação trabalhista seja cumprida em todo o território nacional, combatendo uma das mais graves violações dos direitos humanos.



102

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|--|----------------|--------|
| Comissão   | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA   |                |        |
| 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                |        |
| Comissão   | SEQUENCIAL     |        |
|  | 000001686      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO   | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA                        |
| 36000 - Ministério da Saúde  | 36901 - Fundo Nacional de Saúde             |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA   |   |
| 10.302.5118.6148.0001  |   |
| FUNÇÃO   | SUBFUNÇÃO                                   |
| 10 - Saúde   | 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial |
| PROGRAMA   |   |
| 5118 - Atenção Especializada à Saúde   |   |
| AÇÃO   |   |
| 6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação |   |
| SUBTÍTULO  |   |
| 0001 - Nacional  |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA   |   |
| 9000000 - Nacional   |   |

|  |           |                    |
|--|-----------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META      | QTD META A ALTERAR |
| Pessoa atendida (unidade)                    | 2.085.000 | 100                |

| GND                           | MODALIDADE DE APLICAÇÃO   | RP | em R\$ 1,00 | ACRÉSCIMO |
|-------------------------------|---|----|-------------|-----------|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 6  |             | 1         |
| TOTAL:                        |   |    |             | 1         |

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00 | CANCELAMENTO |
|------------|-------|-----------------------------|-------------------------|----|----|-------------|--------------|
| 000001617  | 1001  | 9 - Reserva de Contingência | 99 - A Definir          | 6  | 2  |             | 1            |
| TOTAL:     |       |                             |                         |    |    |             | 1            |

### JUSTIFICATIVA

Com mais de 2.100.000 de atendimentos gratuitos por ano, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação é reconhecida como um dos maiores complexos hospitalares de reabilitação do Brasil e do mundo, com impacto direto na qualidade de vida e reintegração de milhares de pessoas. A Rede Sarah é composta por 9 Hospitais, sendo: Brasília (Centro e Lago Norte), Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, São Luís, Belém e Macapá.

A Rede Sarah é mantida exclusivamente com recursos oriundos do Orçamento da União, por meio de contrato de gestão. A cada ano tem sido extremamente difícil para a Rede Sarah cumprir sua missão institucional, uma vez que os recursos orçamentário-financeiros repassados pela União têm sofrido reiteradas reduções.

A situação se agrava para 2026 em função de que o valor constante do PLOA não será suficiente sequer para manter a folha de pagamentos e o custeio dos nove hospitais.

Para o próximo ano estão previstos no PLOA R\$ 1.520,0 milhões, o que significa R\$ 100,0 milhões aquém do necessário para a manutenção dos 9 hospitais da Rede.

Dessa forma, contamos com o apoio de Vossa Excelência no sentido de contribuir com emenda de sua autoria, no valor que for compatível com a sua disponibilidade de recursos para a área da saúde.



Espelho - Emenda à Despesa

|   |                |        |
|---|----------------|--------|
| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
| Comissão  | APROPRIAÇÃO    | -----  |
| EMENTA  |                |        |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL SENAD - PROGRAMA CRIA - PREVENÇÃO E CIDADANIA |                |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  | SEQUENCIAL     |        |
| Comissão  | 000001315      |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA              |
| 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30912 - Fundo Nacional Antidrogas |

|   |   |
|---|---|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.422.5115.21IN.0001                           |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                       |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos |
| PROGRAMA  |   |
| 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos                        |   |
| AÇÃO  |   |
| 21IN - Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social |   |
| SUBTÍTULO   |   |
| 0001 - Nacional   |   |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  |   |
| 9000000 - Nacional  |   |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Ação apoiada (unidade)                       | 129  | 1                  |

|                             |                         |    |                          |
|-----------------------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND                         | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 3 Outras Despesas Correntes | 90 Aplicações Diretas   | 6  | 15.000.000               |
| TOTAL:                      |                         |    | 15.000.000               |

| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS |       |                           |                         |           |    | em R\$ 1,00 |              |
|------------------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-----------|----|-------------|--------------|
| SEQUENCIAL                   | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO |           | ID | RP          | CANCELAMENTO |
| 000003566                    | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99                      | A Definir | 0  | 2           | 15.000.000   |
| TOTAL:                       |       |                           |                         |           |    |             | 15.000.000   |

**JUSTIFICATIVA**

Lançado em junho de 2024, o Programa CRIA – Prevenção e Cidadania é uma estratégia nacional de prevenção ao uso de drogas, violências e desfechos negativos associados. O programa tem como objetivo reduzir a exposição de crianças, adolescentes, jovens, suas famílias e comunidades a experiências de exclusão, desigualdade de oportunidades e violências, utilizando estratégias baseadas em evidências científicas e adaptadas aos contextos locais. Além disso, promove o pertencimento, o engajamento escolar, a coesão familiar e práticas institucionais alinhadas à cultura de paz, com ênfase na prevenção de violências e da criminalidade no contexto da política sobre drogas.

O principal eixo do programa é a Prevenção na Infância e na Adolescência, que visa ofertar metodologias de prevenção validadas pela ONU e adaptadas ao contexto brasileiro, voltadas ao desenvolvimento de habilidades de vida, fortalecimento de vínculos e de experiências de pertencimento nos contextos familiar, escolar e comunitário, prevenção do bullying e violência no ambiente escolar, além de proteção de crianças e adolescentes à exposição à publicidade de bebidas alcoólicas. Atualmente, trabalhamos com três metodologias, que já se encontram em sua terceira edição e direcionadas a diferentes faixas etárias.

O Programa Elos – Construindo Coletivos é uma estratégia inovadora de prevenção ao uso de álcool e outras drogas voltada para crianças de 6 a 10 anos matriculadas em escolas públicas de Ensino Fundamental I. Baseada no uso da brincadeira como ferramenta central, a metodologia busca fortalecer vínculos, estimular o respeito às diferenças e promover habilidades socioemocionais como colaboração e empatia.

Com partidas integradas ao plano pedagógico e mediadas por professoras/es, a metodologia é aplicada de forma progressiva ao longo do ano letivo, com flexibilidade para atender às demandas escolares. Por meio de atividades dinâmicas e orientadas, o Elos incentiva atitudes de cooperação, engajamento e pertencimento, criando um ambiente mais harmônico e produtivo em sala de aula.

Pesquisas nacionais e internacionais demonstram os seguintes resultados:

- redução de interações agressivas e interrupções em sala de aula para meninos, com significância estatística;
- melhora na concentração, redução da incidência de interações disruptivas e aumento das interações pró-sociais;
- o potencial de reduzir riscos de desfechos negativos em saúde mental, especialmente para prevenir o uso problemático de



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

substâncias psicoativas na idade adulta (2,7 vezes);

- a efetividade do programa em reduzir a incidência de interações disruptivas e distrações.

O Programa #TamoJunto é uma metodologia de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, voltada para adolescentes do Ensino Fundamental II, especialmente na faixa etária de 13 e 14 anos. Aplicada no ambiente escolar, a metodologia combina atividades interativas, formação continuada para professores(as) e oficinas para responsáveis, promovendo uma abordagem integrada entre escola, família e comunidade.

Pesquisas nacionais e internacionais demonstram os seguintes resultados:

- Estudantes das turmas em que o programa foi aplicado integralmente tiveram até 30% menos chances de iniciarem o uso de álcool que os estudantes não expostos ao programa;
- Efeito protetor do programa na violência escolar, a curto prazo (9 meses); o grupo experimental apresentou 19% menos relatos de vitimização para bullying;
- Efeito positivo do programa para redução da perpetração e da vitimização por bullying, ambos mediados pela redução no uso de álcool (redução esta na faixa de 22 a 30%).

Por fim, o Programa Famílias Fortes é uma metodologia de prevenção ao uso de álcool e outras drogas que fortalece os vínculos familiares por meio do desenvolvimento de habilidades parentais, sociais e emocionais. Destina-se a famílias com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, promovendo o diálogo, a convivência harmoniosa e estratégias de apoio para lidar com os desafios da adolescência.

Pesquisas nacionais e internacionais demonstram os seguintes resultados:

- percepção de impacto positivo na coesão familiar, no estilo parental autoritativo e nas habilidades de vida do adolescente;
- 60% menos chances de pais/responsáveis apresentarem estilo parental negligente;
- o dobro de chances de os pais apresentarem mais habilidades de responsividade (apoio e demonstração de afeto);
- 79% menos exposição de adolescentes a episódios de embriaguez;
- em média, 10% a mais de práticas educativas de disciplina não violenta;
- aumento no escore de conflitos 5% inferior em relação ao grupo controle.



**Espelho - Emenda à Despesa**

|  |                           |        |
|--|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
| 311 - Defesa do/de   | 483 - Criança/Adolescente |        |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

|   |  |
|---|--|
| <b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>   | <b>14.243.5816.21G0.0001</b>                 |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |                          |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |
| <b>TOTAL:</b>   |                         |    | <b>700.000.000</b>       |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

|               |       |                           |                         |    |    |                             |
|---------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL    | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566     | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |
| <b>TOTAL:</b> |       |                           |                         |    |    | <b>700.000.000</b>          |

**JUSTIFICATIVA**

AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.

Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de "kits" padronizados a municípios, compostos geralmente por:

1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);  
5 computadores;  
1 impressora multifuncional;  
1 refrigerador;  
1 bebedouro;  
1 smart TV;  
Equipamentos de escritório e mobiliário básico.



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



108

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|  |                           |        |
|--|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
| 311 - Defesa do/de   | 483 - Criança/Adolescente |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

|   |  |
|---|--|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.243.5816.21G0.0001                        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |             |
|-----------------|-------------------------|----|-------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000 |
| TOTAL:          |                         |    | 700.000.000 |

|  |                         |       |              |
|--|-------------------------|-------|--------------|
| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS             |                         |       | em R\$ 1,00  |
| SEQUENCIAL FONTE GND                     | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID RP | CANCELAMENTO |
| 000003566 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0 2   | 700.000.000  |
| TOTAL:                                   |                         |       | 700.000.000  |

### JUSTIFICATIVA

AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.

Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de "kits" padronizados a municípios, compostos geralmente por:

1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);  
5 computadores;  
1 impressora multifuncional;  
1 refrigerador;  
1 bebedouro;  
1 smart TV;  
Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 12:36:52h

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 101



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



Espelho - Emenda à Despesa

| TIPO AUTOR  | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
|---|---------------------------|--------|
| Comissão  | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA  |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA  |                           |        |
| Comissão  |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA   |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social   |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO   |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania  |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO   |                           |        |
| 311 - Defesa do/de  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|   | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
|--|------|--------------------|
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |
| TOTAL:          |                         |    | 700.000.000              |

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
|------------|-------|---------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| 000003566  | 1000  | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |
| TOTAL:     |       |                           |                         |    |    | 700.000.000                 |

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais. |
| Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).   |
| De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:  |
| 1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);   |
| 5 computadores;  |
| 1 impressora multifuncional;   |
| 1 refrigerador;  |
| 1 bebedouro;   |
| 1 smart TV;  |



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

-Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.

-O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



114

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

|  |                           |        |
|--|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
| 311 - Defesa do/de   | 483 - Criança/Adolescente |        |

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

|   |  |
|---|--|
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  | 14.243.5816.21G0.0001                        |
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |             |
|-----------------|-------------------------|----|-------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00 |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000 |
| TOTAL:          |                         |    | 700.000.000 |

|  |                         |       |              |
|--|-------------------------|-------|--------------|
| CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS             |                         |       | em R\$ 1,00  |
| SEQUENCIAL FONTE GND                     | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID RP | CANCELAMENTO |
| 000003566 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0 2   | 700.000.000  |
| TOTAL:                                   |                         |       | 700.000.000  |

### JUSTIFICATIVA

AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES

Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.

Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de "kits" padronizados a municípios, compostos geralmente por:

1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);  
5 computadores;  
1 impressora multifuncional;  
1 refrigerador;  
1 bebedouro;  
1 smart TV;  
Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

Alteração: 04/11/2025 à(s) 13:12:19h

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 04/11/2025 às 14:25:05h

(Emendamento)

(4EM024)

Página 107





## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

#### Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC – Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

#### Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

- Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.
- O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.
- O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.
- Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

#### a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

#### b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

#### c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

#### d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

#### Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 – Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:

- O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;



116

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.



Espelho - Emenda à Despesa

|  |                           |        |
|--|---------------------------|--------|
| TIPO AUTOR   | TIPO DE EMENDA            | EMENDA |
| Comissão   | APROPRIAÇÃO               | -----  |
| EMENTA   |                           |        |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR MECIAS DE JESUS - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES |                           |        |
| MODALIDADE DE EMENDA   |                           |        |
| Comissão   |                           |        |
| ESFERA ORÇAMENTÁRIA  |                           |        |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social  |                           |        |
| ÁREA DE GOVERNO  |                           |        |
| 31 - Direitos Humanos e de Cidadania   |                           |        |
| MODALIDADE DE INTERVENÇÃO  |                           |        |
| 311 - Defesa do/de   | TIPO DE REALIZAÇÃO        |        |
|  | 483 - Criança/Adolescente |        |

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

|  |  |
|--|--|
| ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO                                     | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   |
| 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA |

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.243.5816.21G0.0001

|   |  |
|---|--|
| FUNÇÃO  | SUBFUNÇÃO                                    |
| 14 - Direitos da Cidadania  | 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente |
| PROGRAMA  |  |
| 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade |  |
| AÇÃO  |  |
| 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  |  |
| SUBTÍTULO   |  |
| 0001 - Nacional   |  |
| LOCALIDADE BENEFICIADA  | COMPLEMENTO DA LOCALIDADE                    |
| 9000000 - Nacional  |  |

|  |      |                    |
|--|------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA | META | QTD META A ALTERAR |
| Iniciativa apoiada (unidade)                 |      | 1.000              |

|                 |                         |    |                          |
|-----------------|-------------------------|----|--------------------------|
| GND             | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | RP | em R\$ 1,00<br>ACRÉSCIMO |
| 4 Investimentos | 99 A Definir            | 2  | 700.000.000              |

TOTAL: 700.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

|                  |                                |                         |    |    |                             |
|------------------|--------------------------------|-------------------------|----|----|-----------------------------|
| SEQUENCIAL FONTE | GND                            | MODALIDADE DE APLICAÇÃO | ID | RP | em R\$ 1,00<br>CANCELAMENTO |
| 000003566        | 1000 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir            | 0  | 2  | 700.000.000                 |

TOTAL: 700.000.000

JUSTIFICATIVA

|  |
|--|
| AÇÃO 21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - KITS E EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   |
| Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares tem como finalidade apoiar o funcionamento e a estruturação dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, por meio da entrega de equipamentos, veículos e materiais tecnológicos necessários ao desempenho de suas funções legais.<br>Essa ação está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Plano Plurianual (PPA 2024-2027).<br>De forma operacional, a Ação 21G0 destina recursos para a aquisição e distribuição de “kits” padronizados a municípios, compostos geralmente por:<br><br>1 veículo (geralmente modelo SUV, para deslocamento em campo);<br>5 computadores;<br>1 impressora multifuncional;<br>1 refrigerador;<br>1 bebedouro;<br>1 smart TV; |



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

Equipamentos de escritório e mobiliário básico.

Esses kits são distribuídos conforme critérios técnicos do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (CNC) e priorização feita pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Importância institucional dos Conselhos Tutelares

Criados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Seus principais papéis são:

- Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou ameaça de direitos;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência e segurança;
- Acompanhar casos de negligência, abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração;
- Encaminhar denúncias e adotar medidas protetivas previstas no ECA.

No Brasil, existem mais de 6.100 Conselhos Tutelares e cerca de 30 mil conselheiros eleitos, que atuam diariamente em regime de plantão em todos os municípios.

Fontes: MDHC - Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares (2024); Conanda.

Dados sobre vulnerabilidades e violência doméstica contra crianças e adolescentes

Embora a Ação 21G0 não se restrinja à violência doméstica, ela atua diretamente na capacidade de resposta do poder público a esses casos.

Dados recentes evidenciam a demanda crescente por atuação dos Conselhos Tutelares:

-Em 2023, o Disque 100 registrou cerca de 102 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes — 56% relacionadas a violência física, negligência ou abuso doméstico.

-O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) registrou mais de 73 mil casos de violência sexual infantil e aumento de 16% em relação a 2022.

-O Ministério Público e os Conselhos Tutelares atenderam, em 2023, aproximadamente 1,8 milhão de ocorrências de vulnerabilidade infantojuvenil.

-Esses números reforçam a pressão sobre os Conselhos Tutelares, que muitas vezes enfrentam escassez de equipamentos e meios de transporte, comprometendo sua capacidade de resposta.

Fontes: FBSP 2024; Disque 100 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; CNMP; MDHC.

Por que investir na Ação 21G0 é essencial:

a) Aumento da eficiência operacional

Um Conselho Tutelar sem veículo, computadores ou equipamentos adequados tem dificuldade de registrar, acompanhar e resolver casos.

Os kits garantem mobilidade para visitas de campo, registro digital de ocorrências e melhor comunicação com órgãos da rede de proteção, como escolas, CRAS, CREAS e polícias.

b) Redução de custos administrativos

Ao equipar Conselhos com infraestrutura própria, o governo reduz a dependência de repasses eventuais e diminui o tempo de resposta entre a denúncia e a intervenção.

Em muitos municípios, a entrega de um veículo e de computadores já reduz o tempo médio de atendimento em até 40%, segundo dados do MDHC (2024).

c) Melhoria na gestão da informação

Os kits permitem integração digital ao Sistema Nacional de Acompanhamento de Denúncias (SIPIA), facilitando a coleta de dados e o planejamento de políticas públicas com base em evidências.

Em 2024, cerca de 68% dos Conselhos já estavam conectados ao SIPIA, ante 41% em 2020 — avanço diretamente relacionado à Ação 21G0.

d) Cobertura territorial

Como há Conselhos em todos os municípios, o fortalecimento dessas unidades é uma das formas mais capilares e custo-efetivas de ampliar a presença do Estado na proteção à infância.

Efeitos esperados da Ação 21G0;

- Maior capacidade de fiscalização e acompanhamento de denúncias;
- Padronização da infraestrutura mínima dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional;
- Ampliação da conectividade e digitalização de registros e relatórios;
- Fortalecimento da rede intersetorial entre educação, assistência social, saúde e segurança pública;
- Aumento da credibilidade institucional e da transparência na gestão local.

A Ação Orçamentária 21G0 - Aquisição de Kits para Conselhos Tutelares é uma política pública de infraestrutura e apoio técnico-operacional essencial para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com base nos dados apresentados:



## Espelho - Emenda à Despesa

### JUSTIFICATIVA

-O Brasil ainda possui demandas elevadas por proteção infantojuvenil e infraestrutura desigual entre municípios;  
-O investimento nessa ação potencializa o alcance e a eficiência da rede pública sem criar novas estruturas administrativas;  
-Trata-se de uma política de baixo custo relativo e alto retorno social, pois fortalece a atuação de mais de 6 mil unidades públicas municipais já existentes.  
-Portanto, a Ação 21G0 é estratégica para consolidar a política nacional de proteção à infância e juventude, garantindo condições materiais adequadas para o exercício das atribuições legais dos Conselhos Tutelares.

**Emendas à Despesa - Listagem por Ementa.**

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                                      | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|--|------------------------|
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 1.700.000.000          |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 60.000.000             |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA - SENADORA DAMARES ALVES - CASA DA MULHER BRASILEIRA | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE ACRÉSCIMO - APROPRIAÇÃO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                                      | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|--|------------------------|
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO -SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2017 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA - SENADORA DAMARES ALVES - SENAJUS - PROJETO: ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ACUSADAS DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 3.660.998              |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO  | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta          | 70.000.000             |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - CTAB   | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta          | 42.628.154             |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta          | 800.000                |
| 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE - SENADORA DAMARES ALVES - SENASP - PROJETO PESSOAS DESAPARECIDAS   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 14.000.000             |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS  | Nacional (Regiao) | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta            | 100.000.000            |



**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b>   | <b>Unidade Orçamentária</b>                           | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|---------------------|---|------------------------|
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS | Região Sul (Regiao) | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta | 400.000.000            |
| 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS   | Região Sul (Regiao) | Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO  | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 330.000.000            |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 330.000.000            |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 60.000.000             |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Região Sul (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 500.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                            | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta        | 3.000.000              |

Autor(a): 6009 - Com. Direitos Humanos e Legis Parti

\*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                          | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|--|------------------------|
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta       | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta       | 400.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA                 | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta       | 200.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR MECIAS DE JESUS - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                         | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SEN. SERGIO MORO - CDH - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b>      | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|------------------------|---|------------------------|
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR JAIME BAGATTOLI (APOIO SEN. DAMARES) - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CDH - SEN. DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 420.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Rio Grande do Sul (UF) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 25.000.000             |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+  | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 50.000.000             |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 60.000.000             |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 110.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 119.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 1.000.000              |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 260.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES - SENADORA DAMARES ALVES  | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL-SENAD - PROGRAMA CENTROS DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL NA POLÍTICA SOBRE DROGAS (CAIS) | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional Antidrogas   | 24.415.000             |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL-SENAD - PROGRAMA CRIA - PREVENÇÃO E CIDADANIA   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional Antidrogas   | 15.000.000             |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Ementa)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>  | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|--|------------------------|
| 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO   | Nacional (Regiao) | Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta | 200.000.000            |
| 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA  | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Assistência Social   | 200.000.000            |
| 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SENADORA DAMARES ALVES - PROJETO PENSANDO O DIREITOS - PESQUISA SOBRE O IMPACTO DOS JOGOS E DAS BETS  | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 1.800.000              |
| 2723 - POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO - SENADORA DAMARES ALVES - PRF - PROJETO MAPEAR (ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E TRÁFICO DE PESSOAS)                           | Nacional (Regiao) | Departamento de Polícia Rodoviária Federal   | 6.000.000              |
| 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Saúde  | 1                      |

### **Emendas à Despesa - Listagem por UO**



**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                          | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|--|------------------------|
| 2723 - POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO - SENADORA DAMARES ALVES - PRF - PROJETO MAPEAR (ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E TRÁFICO DE PESSOAS)                           | Nacional (Regiao) | Departamento de Polícia Rodoviária Federal           | 6.000.000              |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL SENAD - PROGRAMA CRIA - PREVENÇÃO E CIDADANIA  | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional Antidrogas                            | 15.000.000             |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL- SENAD - PROGRAMA CENTROS DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL NA POLÍTICA SOBRE DROGAS (CAIS)   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional Antidrogas                            | 24.415.000             |
| 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA  | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Assistência Social                 | 200.000.000            |
| 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Saúde                              | 1                      |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SEN. SERGIO MORO - CDH - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 700.000.000            |



**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b>   | <b>Unidade Orçamentária</b>                                      | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|---------------------|--|------------------------|
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES  | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR JAIME BAGATTOLI (APOIO SEN. DAMARES) - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES  | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CDH - SEN. DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR MECIAS DE JESUS - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                      | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                       | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES  | Nacional (Regiao)   | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 700.000.000            |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS                    | Região Sul (Regiao) | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta            | 400.000.000            |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS                    | Nacional (Regiao)   | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta            | 100.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao)   | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                                      | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|--|------------------------|
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE ACRÉSCIMO - APROPRIAÇÃO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO -SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA                       | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |
| 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE - SENADORA DAMARES ALVES - SENASP - PROJETO PESSOAS DESAPARECIDAS | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 14.000.000             |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 500.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b>   | <b>Unidade Orçamentária</b>                                      | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|---------------------|--|------------------------|
| 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SENADORA DAMARES ALVES - PROJETO PENSANDO O DIREITOS - PESQUISA SOBRE O IMPACTO DOS JOGOS E DAS BETS   | Nacional (Regiao)   | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 1.800.000              |
| 2017 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA - SENADORA DAMARES ALVES - SENAJUS - PROJETO: ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ACUSADAS DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS | Nacional (Regiao)   | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 3.660.998              |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA - SENADORA DAMARES ALVES - CASA DA MULHER BRASILEIRA   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 500.000.000            |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA  | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 60.000.000             |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA  | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 200.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 60.000.000             |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Região Sul (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 500.000.000            |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES  | Nacional (Regiao)   | Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 100.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>  | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|--|------------------------|
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA                         | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 1.700.000.000          |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 330.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                          | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                          | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                          | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 3.000.000              |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                          | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES                          | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 400.000.000            |
| 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 330.000.000            |
| 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO | Nacional (Regiao) | Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta | 200.000.000            |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - CTRAB                                 | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta  | 42.628.154             |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO       | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta  | 800.000                |

**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|---|------------------------|
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta               | 70.000.000             |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 1.000.000              |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 260.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA                          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA                          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 25.000.000             |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA                          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA                          | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |



**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b>      | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|------------------------|---|------------------------|
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Rio Grande do Sul (UF) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES - SENADORA DAMARES ALVES    | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+  | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 50.000.000             |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 60.000.000             |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 119.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao)      | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |

**Relatório de Emenda à Despesa (por UO)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b>   | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|---------------------|---|------------------------|
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao)   | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 110.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)   | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)   | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 420.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)   | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao)   | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |
| 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS  | Região Sul (Regiao) | Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta                 | 200.000.000            |



### **Emendas à Despesa - Listagem por Localidade**

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO  | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta               | 70.000.000             |
| 2723 - POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO - SENADORA DAMARES ALVES - PRF - PROJETO MAPEAR (ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E TRÁFICO DE PESSOAS)        | Nacional (Regiao) | Departamento de Polícia Rodoviária Federal                            | 6.000.000              |
| 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE - SENADORA DAMARES ALVES - SENASP - PROJETO PESSOAS DESAPARECIDAS   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 14.000.000             |
| 2017 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA - SENADORA DAMARES ALVES - SENAJUS - PROJETO: ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ACUSADAS DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 3.660.998              |
| 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SENADORA DAMARES ALVES - PROJETO PENSANDO O DIREITOS - PESQUISA SOBRE O IMPACTO DOS JOGOS E DAS BETS   | Nacional (Regiao) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 1.800.000              |
| 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Assistência Social                                  | 200.000.000            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 60.000.000             |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|---|------------------------|
| 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 50.000.000             |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                          | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR MECIAS DE JESUS - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                         | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CDH - SEN. DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                          | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADOR JAIME BAGATTOLI (APOIO SEN. DAMARES) - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES    | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SEN. SERGIO MORO - CDH - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES   | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SENADORA DAMARES ALVES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EQUIPAMENTOS PARA CONSELHOS TUTELARES                          | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 700.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES - SENADORA DAMARES ALVES                        | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 1.000.000              |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 260.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 25.000.000             |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA - SENADORA DAMARES ALVES - CASA DA MULHER BRASILEIRA | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 500.000.000            |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 60.000.000             |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 100.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA                      | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 200.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 60.000.000             |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 100.000.000            |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 100.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>                             | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|---|------------------------|
| 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO | Nacional (Regiao) | Fundo Nacional de Saúde                                 | 1                      |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - CTRAB   | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta | 42.628.154             |
| 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO   | Nacional (Regiao) | Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta | 800.000                |
| 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 1.700.000.000          |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS   | Nacional (Regiao) | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta   | 100.000.000            |
| 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES   | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 330.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 320.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 3.000.000              |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 300.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta          | 400.000.000            |



**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>   | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|---|-------------------|---|------------------------|
| 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO                             | Nacional (Regiao) | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 330.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 100.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 119.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 200.000.000            |
| 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES                             | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |
| 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 110.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 150.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 420.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA   | Nacional (Regiao) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 3.000.000              |



**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b> | <b>Unidade Orçamentária</b>  | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|-------------------|--|------------------------|
| 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO               | Nacional (Região) | Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta | 200.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO                                  | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO - SEN. PROFESSORA DORINHA SEABRA | Nacional (Região) | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 500.000.000            |

**Relatório de Emenda à Despesa (por Localidade)**

| <b>Ementa</b>  | <b>Localidade</b>      | <b>Unidade Orçamentária</b>   | <b>Valor Acréscimo</b> |
|--|------------------------|---|------------------------|
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Nacional (Regiao)      | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 500.000.000            |
| 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES - EMENDA DE APROPRIAÇÃO - ACRÉSCIMO  | Nacional (Regiao)      | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 500.000.000            |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL- SENAD - PROGRAMA CENTROS DE ACESSO A DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL NA POLÍTICA SOBRE DROGAS (CAIS) | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional Antidrogas   | 24.415.000             |
| 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL SENAD - PROGRAMA CRIA - PREVENÇÃO E CIDADANIA  | Nacional (Regiao)      | Fundo Nacional Antidrogas   | 15.000.000             |
| 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS   | Região Sul (Regiao)    | Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta                 | 200.000.000            |
| 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIRO E CIGANOS   | Região Sul (Regiao)    | Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta                 | 400.000.000            |
| 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  | Região Sul (Regiao)    | Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 500.000.000            |
| 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  | Rio Grande do Sul (UF) | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 300.000.000            |

## **Emendas de Cancelamento - Espelho**



148

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

---

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda de Cancelamento de Despesa

---

## **Emendas de Cancelamento - Listagem por Ementa**

**Relatório de Emenda de Cancelamento (por Ementa)**

**\*Relatório vazio: nenhum registro recuperado.**

## **Emendas à Receita - Espelho**



**Espelho - Emenda à Receita**

---

## **Emendas à Receita - Listagem por Ementa**

**Relatório de Emenda à Receita (por Ementa)**

**\*Relatório vazio: nenhum registro recuperado.**

## **Emendas de Texto - Espelho**



156

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

---

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 15/2025 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026

## Espelho - Emenda ao Texto da Lei

---

## **Emendas de Texto - Listagem por Ementa**



## Relatório de Emenda ao Texto da Lei (por Ementa)

**\*Relatório vazio: nenhum registro recuperado.**

## **Emendas Importadas e Exportadas**



## **Solicitação de Retirada de Emendas**



## Solicitação de Retirada de Emendas

---

Solicito à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, a retirada do Sistema Lexor das minhas propostas de emendas ao projeto de lei LOA 2026, ano **2025** (Lote com chave de segurança: **null**).

Atenciosamente,

---

*Com. Direitos Humanos e Legis Parti*

---

*Assinatura do Credenciado*

| Nº da sugestão | Tipo de Emenda | Ementa   |
|----------------|----------------|--|
| SF_CDH0001     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0002     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0003     | LOA-ACR-APR    | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0004     | LOA-INC-APR    | 219G - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E FORTALECIMENTO I     |
| SF_CDH0005     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0006     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0007     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0008     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0009     | LOA-INC-APR    | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EI   |
| SF_CDH0010     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0011     | LOA-INC-APR    | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUA     |
| SF_CDH0012     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0013     | LOA-INC-APR    | 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLA      |
| SF_CDH0014     | LOA-INC-APR    | 21G2 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+     |
| SF_CDH0015     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0016     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0017     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0018     | LOA-ACR-APR    | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EI   |
| SF_CDH0019     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0020     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0021     | LOA-INC-APR    | 21FL - GESTÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS                 |
| SF_CDH0022     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0023     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0024     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0025     | LOA-ACR-APR    | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUA     |
| SF_CDH0026     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0027     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0028     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0029     | LOA-ACR-APR    | 21FE - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA QUILOMBOLA      |
| SF_CDH0030     | LOA-INC-APR    | 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA        |
| SF_CDH0031     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO:       |
| SF_CDH0032     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0033     | LOA-INC-APR    | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIR      |
| SF_CDH0034     | LOA-INC-APR    | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |

|            |             |  |
|------------|-------------|--|
| SF_CDH0035 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO        |
| SF_CDH0036 | LOA-INC-APR | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIR      |
| SF_CDH0037 | LOA-ACR-APR | 21GG - PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA AUTONOMIA        |
| SF_CDH0038 | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0039 | LOA-ACR-APR | 21GF - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESF     |
| SF_CDH0040 | LOA-ACR-APR | 00SN - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DA MULHER BRASILEIR      |
| SF_CDH0041 | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0042 | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0043 | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUA     |
| SF_CDH0044 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO        |
| SF_CDH0045 | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEF      |
| SF_CDH0046 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO        |
| SF_CDH0047 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0048 | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E E |
| SF_CDH0049 | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUA     |
| SF_CDH0050 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0051 | LOA-ACR-APR | 210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS         |
| SF_CDH0052 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0053 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0054 | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODO        |
| SF_CDH0055 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0056 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0057 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0058 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0059 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0060 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0061 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0062 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES     |
| SF_CDH0063 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0064 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |
| SF_CDH0065 | LOA-INC-APR | 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SENADORA DAMARI       |
| SF_CDH0066 | LOA-INC-APR | 2723 - POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINA     |
| SF_CDH0067 | LOA-INC-APR | 2017 - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA - SENADORA     |
| SF_CDH0068 | LOA-ACR-APR | 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂME    |
| SF_CDH0069 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACONTEÇA - APOIO E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTIC    |

|            |             |  |
|------------|-------------|--|
| SF_CDH0070 | LOA-INC-APR | 21BM - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA,    |
| SF_CDH0071 | LOA-ACR-APR | 20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EI |
| SF_CDH0072 | LOA-ACR-APR | 6148 - ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS  |
| SF_CDH0073 | LOA-ACR-APR | 21IN - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS, NO ÂME  |
| SF_CDH0074 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES   |
| SF_CDH0075 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES   |
| SF_CDH0076 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES   |
| SF_CDH0077 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES   |
| SF_CDH0078 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLES   |

---

| Tipo de Solicitante | Nome do Solicitante Original |
|---------------------|------------------------------|
| Senador             | Zequinha Marinho             |
| Senador             | Flávio Bolsonaro             |
| Senador             | Daniella Ribeiro             |
| Senador             | Professora Dorinha Seabra    |
| Senador             | Professora Dorinha Seabra    |
| Senador             | Flávio Bolsonaro             |
| Senador             | Zequinha Marinho             |
| Senador             | Zequinha Marinho             |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Paulo Paim                   |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Jussara Lima                 |
| Senador             | Marcio Bittar                |
| Senador             | Marcio Bittar                |
| Senador             | Mara Gabrilli                |
| Senador             | Marcio Bittar                |
| Senador             | Mara Gabrilli                |
| Senador             | Marcio Bittar                |
| Senador             | Mara Gabrilli                |
| Senador             | Marcio Bittar                |
| Senador             | Mara Gabrilli                |
| Senador             | Mara Gabrilli                |
| Senador             | Damaraes Alves               |

|         |                           |
|---------|---------------------------|
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Humberto Costa            |
| Senador | Humberto Costa            |
| Senador | Humberto Costa            |
| Senador | Humberto Costa            |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Plínio Valério            |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Augusta Brito             |
| Senador | Mara Gabrilli             |
| Senador | Tereza Cristina           |
| Senador | Sergio Moro               |
| Senador | Tereza Cristina           |
| Senador | Flávio Arns               |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Flávio Arns               |
| Senador | Astronauta Marcos Pontes  |
| Senador | Flávio Bolsonaro          |
| Senador | Jaime Bagattoli           |
| Senador | Tereza Cristina           |
| Senador | Rogério Carvalho          |
| Senador | Sergio Moro               |
| Senador | Weverton                  |
| Senador | Professora Dorinha Seabra |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Damare Alves              |
| Senador | Astronauta Marcos Pontes  |

|         |                   |
|---------|-------------------|
| Senador | Damarens Alves    |
| Senador | Flávio Arns       |
| Senador | Ivete da Silveira |
| Senador | Damarens Alves    |
| Senador | Marcio Bittar     |
| Senador | Mara Gabrilli     |
| Senador | Marcos do Val     |
| Senador | Jorge Seif        |
| Senador | Mecias de Jesus   |



| Nº da sugestão | Tipo de Emenda | Ementa                         | Tipo de Solicitante | Nome do Solicitante O  |
|----------------|----------------|--------------------------------|---------------------|------------------------|
| SF_CDH0001     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Zequinha Marinho       |
| SF_CDH0002     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Flávio Bolsonaro       |
| SF_CDH0003     | LOA-ACR-APR    | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   |                     | Daniella Ribeiro       |
| SF_CDH0004     | LOA-INC-APR    | 219G - ESTRUTURAÇÃO Senador    |                     | Professora Dorinha Se. |
| SF_CDH0005     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Professora Dorinha Se. |
| SF_CDH0006     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Flávio Bolsonaro       |
| SF_CDH0007     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Zequinha Marinho       |
| SF_CDH0008     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Zequinha Marinho       |
| SF_CDH0009     | LOA-INC-APR    | 20YU - FISCALIZAÇÃO I Senador  |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0010     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0011     | LOA-INC-APR    | 21G3 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0012     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0013     | LOA-INC-APR    | 21FE - APOIO À IMPLI Senador   |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0014     | LOA-INC-APR    | 21G2 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0015     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0016     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0017     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0018     | LOA-ACR-APR    | 20YU - FISCALIZAÇÃO I Senador  |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0019     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0020     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0021     | LOA-INC-APR    | 21FL - GESTÃO DOS DI Senador   |                     | Paulo Paim             |
| SF_CDH0022     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0023     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Jussara Lima           |
| SF_CDH0024     | LOA-ACR-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Marcio Bittar          |
| SF_CDH0025     | LOA-ACR-APR    | 21G3 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Marcio Bittar          |
| SF_CDH0026     | LOA-INC-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0027     | LOA-ACR-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Marcio Bittar          |
| SF_CDH0028     | LOA-INC-APR    | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0029     | LOA-ACR-APR    | 21FE - APOIO À IMPLI Senador   |                     | Marcio Bittar          |
| SF_CDH0030     | LOA-INC-APR    | 21GG - PROMOÇÃO D/ Senador     |                     | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0031     | LOA-ACR-APR    | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Marcio Bittar          |
| SF_CDH0032     | LOA-INC-APR    | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador |                     | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0033     | LOA-INC-APR    | 00SN - APOIO À IMPLI Senador   |                     | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0034     | LOA-INC-APR    | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    |                     | Damare Alves           |

|            |             |                                |                        |
|------------|-------------|--------------------------------|------------------------|
| SF_CDH0035 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    | Dameres Alves          |
| SF_CDH0036 | LOA-INC-APR | 00SN - APOIO À IMPLS Senador   | Dameres Alves          |
| SF_CDH0037 | LOA-ACR-APR | 21GG - PROMOÇÃO D/ Senador     | Augusta Brito          |
| SF_CDH0038 | LOA-ACR-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador | Augusta Brito          |
| SF_CDH0039 | LOA-ACR-APR | 21GF - FOMENTO À PA Senador    | Augusta Brito          |
| SF_CDH0040 | LOA-ACR-APR | 00SN - APOIO À IMPLS Senador   | Augusta Brito          |
| SF_CDH0041 | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    | Humberto Costa         |
| SF_CDH0042 | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador | Humberto Costa         |
| SF_CDH0043 | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E I Senador    | Humberto Costa         |
| SF_CDH0044 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    | Humberto Costa         |
| SF_CDH0045 | LOA-INC-APR | 21G1 - PROMOÇÃO E I Senador    | Augusta Brito          |
| SF_CDH0046 | LOA-INC-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    | Augusta Brito          |
| SF_CDH0047 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Plínio Valério         |
| SF_CDH0048 | LOA-INC-APR | 21GJ - APOIO ÀS INICI/ Senador | Augusta Brito          |
| SF_CDH0049 | LOA-INC-APR | 21G3 - PROMOÇÃO E I Senador    | Augusta Brito          |
| SF_CDH0050 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Mara Gabrilli          |
| SF_CDH0051 | LOA-ACR-APR | 210C - PROMOÇÃO DC Senador     | Tereza Cristina        |
| SF_CDH0052 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Sergio Moro            |
| SF_CDH0053 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Tereza Cristina        |
| SF_CDH0054 | LOA-ACR-APR | 21G5 - PROMOÇÃO E I Senador    | Flávio Arns            |
| SF_CDH0055 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Dameres Alves          |
| SF_CDH0056 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Flávio Arns            |
| SF_CDH0057 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Astronauta Marcos Po   |
| SF_CDH0058 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Flávio Bolsonaro       |
| SF_CDH0059 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Jaime Bagattoli        |
| SF_CDH0060 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Tereza Cristina        |
| SF_CDH0061 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Rogério Carvalho       |
| SF_CDH0062 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I Senador    | Sergio Moro            |
| SF_CDH0063 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Weverton               |
| SF_CDH0064 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Professora Dorinha Se. |
| SF_CDH0065 | LOA-INC-APR | 2334 - PROTEÇÃO E DE Senador   | Dameres Alves          |
| SF_CDH0066 | LOA-INC-APR | 2723 - POLICIAMENTO Senador    | Dameres Alves          |
| SF_CDH0067 | LOA-INC-APR | 20I7 - PROMOÇÃO DA Senador     | Dameres Alves          |
| SF_CDH0068 | LOA-ACR-APR | 21IN - ARTICULAÇÃO L Senador   | Dameres Alves          |
| SF_CDH0069 | LOA-ACR-APR | 2F07 - ANTES QUE ACC Senador   | Astronauta Marcos Po   |

|            |             |                       |         |                   |
|------------|-------------|-----------------------|---------|-------------------|
| SF_CDH0070 | LOA-INC-APR | 21BM - DESENVOLVIM    | Senador | Damares Alves     |
| SF_CDH0071 | LOA-ACR-APR | 20YU - FISCALIZAÇÃO I | Senador | Flávio Arns       |
| SF_CDH0072 | LOA-ACR-APR | 6148 - ASSISTÊNCIA M  | Senador | Ivete da Silveira |
| SF_CDH0073 | LOA-ACR-APR | 21IN - ARTICULAÇÃO I  | Senador | Damares Alves     |
| SF_CDH0074 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I   | Senador | Marcio Bittar     |
| SF_CDH0075 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I   | Senador | Mara Gabrilli     |
| SF_CDH0076 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I   | Senador | Marcos do Val     |
| SF_CDH0077 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I   | Senador | Jorge Seif        |
| SF_CDH0078 | LOA-INC-APR | 21G0 - PROMOÇÃO E I   | Senador | Mecias de Jesus   |
|            | LOA-INC-APR | CDH - EQUIPAMENTO     | Senador |                   |

| Código UO | Nome UO                 | Sequencial | Código Funcional e PrcFunção (Código e Nom  |
|-----------|-------------------------|------------|---|
| 65101     | Ministério das Mulher   | 000003196  | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003514  | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 30101     | Ministério da Justiça e | 000001223  | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 55901     | Fundo Nacional de Ass   |            | 08.245.5131.219G.00C08 - Assistência Social |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   | 000003196  | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003520  | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003514  | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 40101     | Ministério do Trabalhc  |            | 11.125.2310.20YU.00C11 - Trabalho           |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5814.21G3.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 67101     | Ministério da Igualdad  |            | 14.422.5802.21FE.00414 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5812.21G2.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5662.21GJ.00414 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   | 000003196  | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 40101     | Ministério do Trabalhc  | 000002139  | 11.125.2310.20YU.00C11 - Trabalho           |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003520  | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 84101     | Ministério dos Povos I  |            | 14.423.5838.21FL.00414 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003514  | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   | 000003196  | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003516  | 14.422.5814.21G3.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003514  | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos |            | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 67101     | Ministério da Igualdad  | 000003207  | 14.422.5802.21FE.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5663.21GG.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101     | Ministério dos Direitos | 000003520  | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101     | Ministério das Mulher   |            | 14.422.5662.00SN.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901     | Fundo Nacional para a   |            | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |

|       |                                   |   |
|-------|-----------------------------------|---|
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher             | 14.422.5662.00SN.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher 000003198   | 14.422.5663.21GG.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher 000003196   | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher 000003193   | 14.422.5661.21GF.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher 000003197   | 14.422.5662.00SN.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher             | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5814.21G3.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5811.21G1.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 65101 | Ministério das Mulher             | 14.422.5662.21GJ.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos           | 14.422.5814.21G3.00C14 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 69101 | Ministério do Empreer 000003335   | 23.691.2802.210C.00023 - Comércio e Serviç  |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 81101 | Ministério dos Direitos 000003520 | 14.422.5837.21G5.00C14 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 81901 | Fundo Nacional para a             | 14.243.5816.21G0.00C14 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e           | 14.422.5115.2334.00014 - Direitos da Cidada |
| 30107 | Departamento de Polí              | 06.181.5116.2723.00006 - Segurança Pública  |
| 30101 | Ministério da Justiça e           | 14.422.5115.2017.00014 - Direitos da Cidada |
| 30912 | Fundo Nacional Antidr 000001315   | 14.422.5115.21IN.00014 - Direitos da Cidada |
| 30101 | Ministério da Justiça e 000001223 | 14.422.5115.2F07.00014 - Direitos da Cidada |

[illegible]

| Subfunção (Código e N   | Programa (Código e N    | Ação (Código e Nome)     | Código Subtítulo | Nome Subtítulo        |
|-------------------------|-------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------|
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5115 - Promoção do A    | 2F07 - Antes que Acon    | 0001             | Nacional              |
| 245 - Serviços Socioass | 5131 - Proteção Social  | 219G - Estruturação d    | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 125 - Normatização e I  | 2310 - Promoção do Ti   | 20YU - Fiscalização de   | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0043             | No Estado do Rio Gran |
| 422 - Direitos Individu | 5814 - Programa Nacic   | 21G3 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5802 - Políticas para Q | 21FE - Apoio à Implem    | 0040             | Na Região Sul         |
| 422 - Direitos Individu | 5812 - Promoção e De    | 21G2 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0040             | Na Região Sul         |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 125 - Normatização e I  | 2310 - Promoção do Ti   | 20YU - Fiscalização de   | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 423 - Assistência aos P | 5838 - Direitos Plurié  | tr21FL - Gestão dos Dire | 0040             | Na Região Sul         |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5814 - Programa Nacic   | 21G3 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5811 - Promoção dos I   | 21G1 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5802 - Políticas para Q | 21FE - Apoio à Implem    | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5663 - Autonomia Eco    | 21GG - Promoção da I     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5837 - Promoção da Ci   | 21G5 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 21GJ - Apoio às Iniciati | 0001             | Nacional              |
| 422 - Direitos Individu | 5662 - Mulher Viver se  | 00SN - Apoio à Implerr   | 0001             | Nacional              |
| 243 - Assistência à Cri | 5816 - Promoção e Prc   | 21G0 - Promoção e De     | 0001             | Nacional              |

|   |          |
|---|----------|
| 422 - Direitos Individu:5837 - Promoção da Ci21G5 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5662 - Mulher Viver se00SN - Apoio à Implem 0001    | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5663 - Autonomia Eco21GG - Promoção da Iç 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5662 - Mulher Viver se21GJ - Apoio às Iniciati 0001 | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5661 - Igualdade de Dc21GF - Fomento à Part 0001    | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5662 - Mulher Viver se00SN - Apoio à Implem 0001    | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5811 - Promoção dos I21G1 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5662 - Mulher Viver se21GJ - Apoio às Iniciati 0001 | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5814 - Programa Nacic21G3 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5837 - Promoção da Ci21G5 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5811 - Promoção dos I21G1 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5837 - Promoção da Ci21G5 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5662 - Mulher Viver se21GJ - Apoio às Iniciati 0001 | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5814 - Programa Nacic21G3 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 691 - Promoção Come2802 - Empreendedor210C - Promoção do D 0001             | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5837 - Promoção da Ci21G5 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 243 - Assistência à Criç5816 - Promoção e Prc21G0 - Promoção e De 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2334 - Proteção e Defe 0001     | Nacional |
| 181 - Policiamento 5116 - Segurança Públ 2723 - Policiamento, F 0001        | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A20I7 - Promoção da Po 0001      | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A21IN - Articulação de F 0001    | Nacional |
| 422 - Direitos Individu:5115 - Promoção do A2F07 - Antes que Acon 0001      | Nacional |





| Nome Ação + Subtítulo Localidade       | Produto                 | Unidade de medida | Meta física |
|--|-------------------------|-------------------|-------------|
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 10          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 100         |
| Antes que Aconteça - / Nacional        | Política implementada   | % de execução     | 500000      |
| Estruturação da Rede Nacional          | Ente federativo apoiado | unidade           | 1000        |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 1000        |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 350         |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 10          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 10          |
| Fiscalização de Obrigações Nacional    | Fiscalização realizada  | unidade           | 300         |
| Promoção e Defesa do Rio Grande do Sul | Iniciativa apoiada      | unidade           | 500         |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 30          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 10          |
| Apoio à Implementação Região Sul       | Comunidade apoiada      | unidade           | 1500        |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 20          |
| Apoio às Iniciativas de Região Sul     | Iniciativa apoiada      | unidade           | 1500        |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Fiscalização de Obrigações Nacional    | Fiscalização realizada  | unidade           | 300000      |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Gestão dos Direitos da Região Sul      | Comunidade indígena     | unidade           | 10          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 2000        |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 45          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 29          |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 600         |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 365         |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 200         |
| Apoio à Implementação Nacional         | Comunidade apoiada      | unidade           | 55          |
| Promoção da Igualdade Nacional         | Iniciativa apoiada      | unidade           | 15000       |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 48          |
| Apoio às Iniciativas de Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade           | 200         |
| Apoio à Implementação Nacional         | Unidade implementada    | unidade           | 5000000     |
| Promoção e Defesa do Nacional          | Iniciativa apoiada      | unidade           | 1000        |

|                                      |                         |               |        |
|--------------------------------------|-------------------------|---------------|--------|
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Apoio à Implementação Nacional       | Unidade implementada    | unidade       | 50     |
| Promoção da Igualdade Nacional       | Iniciativa apoiada      | unidade       | 100    |
| Apoio às Iniciativas de Nacional     | Iniciativa apoiada      | unidade       | 100    |
| Fomento à Participação Nacional      | Iniciativa apoiada      | unidade       | 100    |
| Apoio à Implementação Nacional       | Unidade implementada    | unidade       | 100    |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 100    |
| Apoio às Iniciativas de Nacional     | Iniciativa apoiada      | unidade       | 15     |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 42     |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 25     |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 100    |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 25     |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Apoio às Iniciativas de Nacional     | Iniciativa apoiada      | unidade       | 15     |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 42     |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Promoção do Desenvolvimento Nacional | Empresa apoiada         | unidade       | 1400   |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Promoção e Defesa do Nacional        | Iniciativa apoiada      | unidade       | 1000   |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |
| Proteção e Defesa do ( Nacional      | Iniciativa implementada | % de execução | 1      |
| Policimento, Fiscalização Nacional   | Comando operacional     | unidade       | 1      |
| Promoção da Política Nacional        | Política implementada   | % de execução | 1      |
| Articulação de Política Nacional     | Ação apoiada            | unidade       | 1      |
| Antes que Aconteça - / Nacional      | Política implementada   | % de execução | 500000 |

[illegible]

| Valor solicitado (R\$) | Justificativa            | DtH.Importação      | DtH.Exportação      | Quant.Solicitantes |
|------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| 3000000                | A emenda se presta a     | 29/10/2025 16:19:40 | 29/10/2025 09:37:50 | 1                  |
| 300000000              | Esta emenda visa a att   | 29/10/2025 16:19:41 | 29/10/2025 08:18:28 | 1                  |
| 500000000              | Esta emenda reconhece    | 29/10/2025 16:19:44 | 28/10/2025 11:13:45 | 1                  |
| 200000000              | A estruturação da rede   | 29/10/2025 16:19:45 | 29/10/2025 14:43:14 | 1                  |
| 200000000              | As políticas de prevenç  | 29/10/2025 16:19:45 | 29/10/2025 14:43:14 | 1                  |
| 300000000              | Articulação de política  | 29/10/2025 16:19:46 | 29/10/2025 08:18:29 | 1                  |
| 3000000                | A presente emenda de     | 29/10/2025 16:19:46 | 29/10/2025 09:37:50 | 1                  |
| 3000000                | A presente emenda vis    | 29/10/2025 16:19:46 | 29/10/2025 09:37:50 | 1                  |
| 70000000               | A presente emenda de     | 30/10/2025 11:44:02 | 30/10/2025 10:21:59 | 1                  |
| 300000000              | A presente emenda vis    | 30/10/2025 11:44:02 | 30/10/2025 10:21:59 | 1                  |
| 60000000               | Articulação e qualifica  | 30/10/2025 11:44:02 | 30/10/2025 10:21:59 | 1                  |
| 1000000                | A ação 21G5 – Promoç     | 30/10/2025 11:44:03 | 30/10/2025 10:22:00 | 1                  |
| 400000000              | Esta emenda tem por      | 30/10/2025 11:44:03 | 30/10/2025 10:22:00 | 1                  |
| 50000000               | Apoiar programas de p    | 30/10/2025 11:44:03 | 30/10/2025 10:22:00 | 1                  |
| 500000000              | Está emenda visa asse    | 30/10/2025 11:44:04 | 30/10/2025 10:22:00 | 1                  |
| 320000000              | 1- Articulação de politi | 30/10/2025 11:44:04 | 29/10/2025 17:02:27 | 1                  |
| 320000000              | 1- Articulação de politi | 30/10/2025 11:44:05 | 29/10/2025 17:06:36 | 1                  |
| 42628154               | Esta emenda destina-s    | 30/10/2025 11:44:05 | 30/10/2025 10:17:27 | 1                  |
| 119000000              | Ações que visem diret    | 30/10/2025 11:44:05 | 29/10/2025 17:02:27 | 1                  |
| 150000000              | A ação será implemen     | 30/10/2025 11:44:05 | 29/10/2025 17:06:36 | 1                  |
| 200000000              | A referida emenda vis    | 30/10/2025 11:44:06 | 30/10/2025 10:24:12 | 1                  |
| 150000000              | A ação será implemen     | 30/10/2025 11:44:06 | 29/10/2025 17:02:27 | 1                  |
| 260000000              | Ações que visem diret    | 30/10/2025 11:44:06 | 29/10/2025 17:06:36 | 1                  |
| 300000000              | A emenda se presta a     | 30/10/2025 19:58:23 | 30/10/2025 12:41:05 | 1                  |
| 110000000              | O programa visa ofere    | 30/10/2025 19:58:23 | 30/10/2025 12:41:06 | 1                  |
| 200000000              | A presente emenda vis    | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 18:19:53 | 1                  |
| 420000000              | A presente Emenda vis    | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 12:41:05 | 1                  |
| 25000000               | A presente emenda vis    | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 18:19:53 | 1                  |
| 100000000              | APOIAR A IMPLEMENT       | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 12:41:05 | 1                  |
| 100000000              | A presente emenda vis    | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 18:19:52 | 1                  |
| 200000000              | A presente emenda de     | 30/10/2025 19:58:24 | 30/10/2025 12:41:05 | 1                  |
| 60000000               | A presente emenda vis    | 30/10/2025 19:58:25 | 30/10/2025 18:19:52 | 1                  |
| 60000000               | A presente emenda vis    | 30/10/2025 19:58:25 | 30/10/2025 18:19:53 | 1                  |
| 700000000              | AÇÃO 21G0 - Promoçã      | 02/11/2025 09:55:52 | 02/11/2025 00:16:37 | 1                  |

|            |                         |                     |                     |   |
|------------|-------------------------|---------------------|---------------------|---|
| 300000000  | Promoção e Defesa do    | 02/11/2025 09:55:52 | 02/11/2025 00:16:37 | 1 |
| 500000000  | A Ação Orçamentária (   | 02/11/2025 09:55:52 | 02/11/2025 00:16:36 | 1 |
| 330000000  | O problema a ser enfr   | 03/11/2025 10:35:09 | 03/11/2025 10:12:58 | 1 |
| 400000000  | A presente emenda te    | 03/11/2025 10:35:09 | 03/11/2025 10:12:58 | 1 |
| 330000000  | A persistência de siste | 03/11/2025 10:35:10 | 03/11/2025 10:12:58 | 1 |
| 1700000000 | Fortalecimento da Rec   | 03/11/2025 10:35:10 | 03/11/2025 10:12:57 | 1 |
| 100000000  | Recursos adicionais pe  | 03/11/2025 12:05:43 | 03/11/2025 11:56:54 | 1 |
| 100000000  | Fortalecer a rede de e  | 03/11/2025 12:05:43 | 03/11/2025 11:56:53 | 1 |
| 100000000  | Financiar ampliação d   | 03/11/2025 12:05:44 | 03/11/2025 11:56:53 | 1 |
| 150000000  | Ampliar a capacidade (  | 03/11/2025 12:05:44 | 03/11/2025 11:56:53 | 1 |
| 100000000  | Recursos adicionais pe  | 03/11/2025 17:22:32 | 03/11/2025 13:10:53 | 1 |
| 150000000  | Ampliar a capacidade (  | 03/11/2025 17:22:32 | 03/11/2025 13:10:52 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 03/11/2025 17:22:34 | 03/11/2025 14:55:49 | 1 |
| 100000000  | Fortalecer a rede de e  | 03/11/2025 17:22:34 | 03/11/2025 13:10:52 | 1 |
| 100000000  | Financiar ampliação d   | 03/11/2025 17:22:34 | 03/11/2025 13:10:52 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 03/11/2025 17:22:35 | 03/11/2025 15:24:57 | 1 |
| 200000000  | A presente emenda bl    | 04/11/2025 04:00:10 | 03/11/2025 17:26:25 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 04:00:11 | 03/11/2025 18:04:44 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 04:00:11 | 03/11/2025 17:26:25 | 1 |
| 100000000  | A presente emenda te    | 04/11/2025 04:00:11 | 03/11/2025 19:28:19 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 04:00:12 | 03/11/2025 19:10:57 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 04:00:12 | 03/11/2025 19:28:19 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:53 | 04/11/2025 11:16:48 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:53 | 04/11/2025 11:33:27 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:53 | 04/11/2025 11:24:16 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:54 | 04/11/2025 11:35:43 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:56 | 04/11/2025 11:44:47 | 1 |
| 700000000  | AÇÃO 21G0 - Promoçã     | 04/11/2025 11:59:56 | 04/11/2025 11:26:20 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 11:06:27 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 08:55:36 | 1 |
| 1800000    | O projeto "Pensando c   | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 11:08:49 | 1 |
| 6000000    | A presente emenda de    | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 11:08:49 | 1 |
| 3660998    | Este projeto tem com    | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 11:08:49 | 1 |
| 24415000   | O Programa CAIS surg    | 04/11/2025 11:59:57 | 04/11/2025 11:10:19 | 1 |
| 500000000  | Esta emenda reconheç    | 04/11/2025 11:59:58 | 04/11/2025 10:27:49 | 1 |

|           |                      |                     |                     |   |
|-----------|----------------------|---------------------|---------------------|---|
| 14000000  | Este projeto tem com | 04/11/2025 11:59:58 | 04/11/2025 11:08:49 | 1 |
| 800000    | A presente emenda te | 04/11/2025 11:59:58 | 04/11/2025 10:58:26 | 1 |
| 1         | Com mais de 2.100.00 | 04/11/2025 11:59:59 | 04/11/2025 10:34:35 | 1 |
| 15000000  | Lançado em junho de  | 04/11/2025 11:59:59 | 04/11/2025 11:10:19 | 1 |
| 700000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  | 04/11/2025 12:00:31 | 04/11/2025 11:48:58 | 1 |
| 700000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  | 04/11/2025 12:06:25 | 04/11/2025 12:02:56 | 1 |
| 700000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  | 04/11/2025 12:06:26 | 04/11/2025 11:33:13 | 1 |
| 700000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  | 04/11/2025 13:10:35 | 04/11/2025 12:52:38 | 1 |
| 700000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  | 04/11/2025 13:59:52 | 04/11/2025 13:52:15 | 1 |
| 400000000 | AÇÃO 21G0 - Promoçã  |                     | 04/11/2025 11:36:40 | 0 |

---

**Nomes dos Solicitantes**

Zequinha Marinho

Flávio Bolsonaro

Daniella Ribeiro

Professora Dorinha Seabra

Professora Dorinha Seabra

Flávio Bolsonaro

Zequinha Marinho

Zequinha Marinho

Paulo Paim

Paulo Paim

Paulo Paim

Paulo Paim

Paulo Paim

Paulo Paim

Paulo Paim

Jussara Lima

Jussara Lima

Paulo Paim

Jussara Lima

Jussara Lima

Paulo Paim

Jussara Lima

Jussara Lima

Marcio Bittar

Marcio Bittar

Mara Gabrilli

Marcio Bittar

Mara Gabrilli

Marcio Bittar

Mara Gabrilli

Marcio Bittar

Mara Gabrilli

Mara Gabrilli

Damare Alves



Damarees Alves

Damarees Alves

Augusta Brito

Augusta Brito

Augusta Brito

Augusta Brito

Humberto Costa

Humberto Costa

Humberto Costa

Humberto Costa

Augusta Brito

Augusta Brito

Plínio Valério

Augusta Brito

Augusta Brito

Mara Gabrilli

Tereza Cristina

Sergio Moro

Tereza Cristina

Flávio Arns

Damarees Alves

Flávio Arns

Astronauta Marcos Pontes

Flávio Bolsonaro

Jaime Bagattoli

Tereza Cristina

Rogério Carvalho

Sergio Moro

Weverton

Professora Dorinha Seabra

Damarees Alves

Damarees Alves

Damarees Alves

Damarees Alves

Astronauta Marcos Pontes

Damarens Alves

Flávio Arns

Ivete da Silveira

Damarens Alves

Marcio Bittar

Mara Gabrilli

Marcos do Val

Jorge Seif

Mecias de Jesus

**SENADO FEDERAL**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

**PARECER Nº , DE 2025**

Da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**, sobre as sugestões de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2026), nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN.

**Relatora: Senadora Damares Alves (Republicanos/DF)**

**I – Relatório**

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN (PLN 15/2025), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026”, o Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLOA 2026). Ademais, a apresentação de emendas ao PLOA 2026 deve observar ainda as disposições da Lei Complementar (LC) nº 210, de 25 de novembro de 2024.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu, no prazo estabelecido, 78 (setenta e oito) sugestões de emendas a serem apresentadas ao PLOA 2026, conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer, sendo todas referentes a emendas de apropriação. Nenhuma sugestão de emenda de remanejamento ou de emenda de texto foi apresentada.

É o relatório.



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

**II – Análise**

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do art. 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até 6 (seis) emendas de apropriação e até 2 (duas) emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação, porém, ressalte-se que nenhuma emenda de texto foi apresentada. Em todos os casos, é importante frisar, que, em atenção ao disposto no caput do art. 4º, da Lei Complementar nº 210/2024, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das sugestões de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional ou regional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN e, novamente, no caput do art. 4º, da Lei Complementar nº 210, de 2024.

No que diz respeito às sugestões de emendas de apropriação, em consonância com normas legais e regimentais, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das sugestões.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção de 5 (cinco) das 6 (seis) emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

maior quantidade de sugestões recebidas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Por sua vez, 1 (uma) das 6 (seis) emendas de apropriação escolhidas justifica-se pelo fortalecimento da proteção, promoção e gestão dos direitos dos povos indígenas, conforme Ação 21FL - Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas, vinculada à Unidade Orçamentária (UO) 84101 – Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta. Além disso, também visa ampliar o público-alvo abarcado pelas emendas, favorecendo as minorias. Esta relatora, pela relevância do tema e pela sua pertinência em relação a esta CDH, constará também como solicitante.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos são as seguintes, conforme consta no Quadro 1 abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

SF/25406.12191-78

**QUADRO 1 - EMENDAS DE APROPRIAÇÃO A SEREM APRESENTADAS  
PELA CDH**

| Nº | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)  | CÓDIGO DA AÇÃO | DESCRIPTOR DA AÇÃO   | SUBTÍTULO       | MAIOR VALOR PROPOSTO¹ (R\$) | SENADORES SOLICITANTES  | Nº DAS SUGESTÕES   |
|----|--|----------------|--|-----------------|-----------------------------|---|--|
| 1  | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0           | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes  | 0001 - Nacional | 700.000.000                 | Dameres Alves<br>Astronauta<br>Marcos Pontes<br>Flávio<br>Bolsonaro<br>Jaime Bagattoli<br>Tereza Cristina<br>Rogério<br>Carvalho<br>Sergio Moro<br>Marcio Bittar<br>Mara Gabrilli<br>Marcos do Val<br>Jorge Seif<br>Mecias de Jesus | CDH034<br>CDH057<br>CDH058<br>CDH059<br>CDH060<br>CDH061<br>CDH062<br>CDH074<br>CDH075<br>CDH076<br>CDH077<br>CDH078 |
| 2  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                   | 21GJ           | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres | 0001 - Nacional | 500.000.000                 | Zequinha<br>Marinho<br>Professora<br>Dorinha Seabra<br>Flávio<br>Bolsonaro<br>Paulo Paim<br>Jussara Lima<br>Jussara Lima<br>Marcio Bittar<br>Mara Gabrilli<br>Augusta Brito<br>Humberto Costa<br>Augusta Brito                      | CDH001<br>CDH005<br>CDH006<br>CDH015<br>CDH016<br>CDH017<br>CDH024<br>CDH032<br>CDH038<br>CDH042<br>CDH048           |
| 3  | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2F07           | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres                               | 0001 - Nacional | 500.000.000                 | Daniella Ribeiro<br>Plínio Valério<br>Mara Gabrilli<br>Sergio Moro<br>Tereza Cristina<br>Dameres Alves<br>Flávio Arns<br>Weverton<br>Professora<br>Dorinha Seabra   | CDH003<br>CDH047<br>CDH050<br>CDH052<br>CDH053<br>CDH055<br>CDH056<br>CDH063<br>CDH064                               |



**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Nº | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)   | CÓDIGO DA AÇÃO | DESCRIPTOR DA AÇÃO   | SUBTÍTULO       | MAIOR VALOR PROPOSTO <sup>1</sup> (R\$) | SENADORES SOLICITANTES  | Nº DAS SUGESTÕES   |
|----|---|----------------|--|-----------------|---|---|--|
|    |   |                |  |                 |   | Astronauta Marcos Pontes  | CDH069   |
| 4  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5           | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações | 0001 - Nacional | 300.000.000                             | Zequinha Marinho<br>Paulo Paim<br>Jussara Lima<br>Jussara Lima<br>Mara Gabrilli<br>Marcio Bittar<br>Damares Alves<br>Humberto Costa<br>Augusta Brito<br>Flávio Arns | CDH007<br>CDH012<br>CDH019<br>CDH023<br>CDH026<br>CDH031<br>CDH035<br>CDH044<br>CDH046<br>CDH054 |
| 5  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1           | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência                 | 0001 - Nacional | 420.000.000                             | Flávio Bolsonaro<br>Zequinha Marinho<br>Paulo Paim<br>Jussara Lima<br>Jussara Lima<br>Marcio Bittar<br>Mara Gabrilli<br>Humberto Costa<br>Augusta Brito             | CDH002<br>CDH008<br>CDH010<br>CDH020<br>CDH022<br>CDH027<br>CDH028<br>CDH041<br>CDH045           |
| 6  | 84101 – Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta                 | 21FL           | Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas                                    | 0001 - Nacional | 200.000.000                             | Paulo Paim  | CDH021   |

<sup>1</sup> O valor atribuído às emendas corresponde ao maior valor proposto por uma das sugestões aglutinadas.



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

**III – Voto**

Diante do exposto, em consonância com a legislação pertinente, votamos no sentido de que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) delibere pela apresentação das 6 (seis) emendas de apropriação constantes do Quadro 1, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala da Comissão, em 5 de novembro de 2025.

**Senadora Damares Alves (Republicanos/DF)**  
**Relatora**





**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)****LOA 2026 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH****Sugestões de emendas por número**

| <b>Num. Sugestão</b> | <b>Tipo de Emenda</b>   | <b>Solicitante</b>        | <b>UO / Referência</b>  | <b>Cód. Ação /<br/>Cód. Natureza</b> | <b>Ação / Subtítulo</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|----------------------|-------------------------|---------------------------|---|--------------------------------------|--|--------------------|
| SF_CDH0001           | Acréscimo - Apropriação | Zequinha Marinho          | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                                 | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional        | 3.000.000,00       |
| SF_CDH0002           | Acréscimo - Apropriação | Flávio Bolsonaro          | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                                 | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional  | 300.000.000,00     |
| SF_CDH0003           | Acréscimo - Apropriação | Daniella Ribeiro          | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 2F07                                 | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional                                      | 500.000.000,00     |
| SF_CDH0004           | Inclusão - Apropriação  | Professora Dorinha Seabra | 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social                                  | 219G                                 | Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Nacional | 200.000.000,00     |
| SF_CDH0005           | Inclusão - Apropriação  | Professora Dorinha Seabra | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                                 | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional        | 200.000.000,00     |
| SF_CDH0006           | Acréscimo - Apropriação | Flávio Bolsonaro          | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                                 | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional        | 300.000.000,00     |
| SF_CDH0007           | Acréscimo - Apropriação | Zequinha Marinho          | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                                 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                                | 3.000.000,00       |
| SF_CDH0008           | Acréscimo - Apropriação | Zequinha Marinho          | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                                 | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional  | 3.000.000,00       |
| SF_CDH0009           | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim                | 40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta               | 20YU                                 | Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional                       | 70.000.000,00      |




**SENADO FEDERAL**
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante  | UO / Referência   | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo  | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|--------------|---|---------------------------|---|----------------|
| SF_CDH0010    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – No Estado do Rio Grande do Sul   | 300.000.000,00 |
| SF_CDH0011    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G3                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis – Nacional                             | 60.000.000,00  |
| SF_CDH0012    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional   | 1.000.000,00   |
| SF_CDH0013    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 67101 – Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta                 | 21FE                      | Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos – Na Região Sul | 400.000.000,00 |
| SF_CDH0014    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G2                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ – Nacional  | 50.000.000,00  |
| SF_CDH0015    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim   | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Na Região Sul                            | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0016    | Acréscimo - Apropriação | Jussara Lima | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional                                 | 320.000.000,00 |
| SF_CDH0017    | Inclusão - Apropriação  | Jussara Lima | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional                                 | 320.000.000,00 |
| SF_CDH0018    | Acréscimo - Apropriação | Paulo Paim   | 40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta               | 20YU                      | Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional  | 42.628.154,00  |



**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante   | UO / Referência   | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo  | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|---------------|---|---------------------------|---|----------------|
| SF_CDH0019    | Acréscimo - Apropriação | Jussara Lima  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                             | 119.000.000,00 |
| SF_CDH0020    | Inclusão - Apropriação  | Jussara Lima  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 150.000.000,00 |
| SF_CDH0021    | Inclusão - Apropriação  | Paulo Paim    | 84101 – Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta                 | 21FL                      | Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas – Na Região Sul   | 200.000.000,00 |
| SF_CDH0022    | Acréscimo - Apropriação | Jussara Lima  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 150.000.000,00 |
| SF_CDH0023    | Inclusão - Apropriação  | Jussara Lima  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                             | 260.000.000,00 |
| SF_CDH0024    | Acréscimo - Apropriação | Marcio Bittar | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional     | 300.000.000,00 |
| SF_CDH0025    | Acréscimo - Apropriação | Marcio Bittar | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G3                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis – Nacional | 110.000.000,00 |
| SF_CDH0026    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                             | 200.000.000,00 |
| SF_CDH0027    | Acréscimo - Apropriação | Marcio Bittar | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 420.000.000,00 |
| SF_CDH0028    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 25.000.000,00  |



**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante    | UO / Referência   | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo   | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|----------------|---|---------------------------|--|----------------|
| SF_CDH0029    | Acréscimo - Apropriação | Marcio Bittar  | 67101 – Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta                 | 21FE                      | Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos – Nacional | 100.000.000,00 |
| SF_CDH0030    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GG                      | Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres – Nacional   | 100.000.000,00 |
| SF_CDH0031    | Acréscimo - Apropriação | Marcio Bittar  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional  | 200.000.000,00 |
| SF_CDH0032    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional                            | 60.000.000,00  |
| SF_CDH0033    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 00SN                      | Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira – Nacional                           | 60.000.000,00  |
| SF_CDH0034    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA                  | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0035    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional  | 300.000.000,00 |
| SF_CDH0036    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 00SN                      | Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira – Nacional                           | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0037    | Acréscimo - Apropriação | Augusta Brito  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GG                      | Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres – Nacional   | 330.000.000,00 |



**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante    | UO / Referência   | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo  | Valor (R\$)      |
|---------------|-------------------------|----------------|---|---------------------------|---|------------------|
| SF_CDH0038    | Acréscimo - Apropriação | Augusta Brito  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional     | 400.000.000,00   |
| SF_CDH0039    | Acréscimo - Apropriação | Augusta Brito  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GF                      | Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão – Nacional                             | 330.000.000,00   |
| SF_CDH0040    | Acréscimo - Apropriação | Augusta Brito  | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 00SN                      | Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira – Nacional    | 1.700.000.000,00 |
| SF_CDH0041    | Inclusão - Apropriação  | Humberto Costa | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 100.000.000,00   |
| SF_CDH0042    | Inclusão - Apropriação  | Humberto Costa | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta                        | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional     | 100.000.000,00   |
| SF_CDH0043    | Inclusão - Apropriação  | Humberto Costa | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G3                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis – Nacional | 100.000.000,00   |
| SF_CDH0044    | Inclusão - Apropriação  | Humberto Costa | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                             | 150.000.000,00   |
| SF_CDH0045    | Inclusão - Apropriação  | Augusta Brito  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G1                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Nacional   | 100.000.000,00   |
| SF_CDH0046    | Inclusão - Apropriação  | Augusta Brito  | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional                             | 150.000.000,00   |
| SF_CDH0047    | Acréscimo - Apropriação | Plínio Valério | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta      | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional                                   | 500.000.000,00   |




**SENADO FEDERAL**
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante              | UO / Referência  | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo   | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|--------------------------|--|---------------------------|--|----------------|
| SF_CDH0048    | Inclusão - Apropriação  | Augusta Brito            | 65101 – Ministério das Mulheres - Administração Direta   | 21GJ                      | Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – Nacional                          | 100.000.000,00 |
| SF_CDH0049    | Inclusão - Apropriação  | Augusta Brito            | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta                                | 21G3                      | Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis – Nacional                      | 100.000.000,00 |
| SF_CDH0050    | Acréscimo - Apropriação | Mara Gabrilli            | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional  | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0051    | Acréscimo - Apropriação | Tereza Cristina          | 69101 – Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta | 210C                      | Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato – Nacional | 200.000.000,00 |
| SF_CDH0052    | Acréscimo - Apropriação | Sergio Moro              | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional  | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0053    | Acréscimo - Apropriação | Tereza Cristina          | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional  | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0054    | Acréscimo - Apropriação | Flávio Arns              | 81101 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta                                | 21G5                      | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional  | 100.000.000,00 |
| SF_CDH0055    | Acréscimo - Apropriação | Damara Alves             | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional  | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0056    | Acréscimo - Apropriação | Flávio Arns              | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta                                     | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional  | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0057    | Inclusão - Apropriação  | Astronauta Marcos Pontes | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA   | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |



**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante               | UO / Referência  | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo  | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|---------------------------|--|---------------------------|---|----------------|
| SF_CDH0058    | Inclusão - Apropriação  | Flávio Bolsonaro          | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional                    | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0059    | Inclusão - Apropriação  | Jaime Bagattoli           | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional                    | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0060    | Inclusão - Apropriação  | Tereza Cristina           | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional                    | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0061    | Inclusão - Apropriação  | Rogério Carvalho          | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional                    | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0062    | Inclusão - Apropriação  | Sergio Moro               | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional                    | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0063    | Acréscimo - Apropriação | Weverton                  | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional         | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0064    | Acréscimo - Apropriação | Professora Dorinha Seabra | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional         | 500.000.000,00 |
| SF_CDH0065    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves            | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2334                      | Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional  | 1.800.000,00   |
| SF_CDH0066    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves            | 30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal                       | 2723                      | Policimento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Nacional         | 6.000.000,00   |
| SF_CDH0067    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves            | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2017                      | Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional                                     | 3.660.998,00   |
| SF_CDH0068    | Acréscimo - Apropriação | Damaraes Alves            | 30912 – Fundo Nacional Antidrogas  | 21IN                      | Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social – Nacional | 24.415.000,00  |
| SF_CDH0069    | Acréscimo - Apropriação | Astronauta Marcos Pontes  | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 2F07                      | Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres – Nacional         | 500.000.000,00 |





**SENADO FEDERAL****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**

| Num. Sugestão | Tipo de Emenda          | Solicitante       | UO / Referência  | Cód. Ação / Cód. Natureza | Ação / Subtítulo   | Valor (R\$)    |
|---------------|-------------------------|-------------------|--|---------------------------|--|----------------|
| SF_CDH0070    | Inclusão - Apropriação  | Damaraes Alves    | 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 21BM                      | Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional  | 14.000.000,00  |
| SF_CDH0071    | Acréscimo - Apropriação | Flávio Arns       | 40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta          | 20YU                      | Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional   | 800.000,00     |
| SF_CDH0072    | Acréscimo - Apropriação | Ivete da Silveira | 36901 – Fundo Nacional de Saúde  | 6148                      | Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação – Nacional | 1,00           |
| SF_CDH0073    | Acréscimo - Apropriação | Damaraes Alves    | 30912 – Fundo Nacional Antidrogas  | 21IN                      | Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social – Nacional  | 15.000.000,00  |
| SF_CDH0074    | Inclusão - Apropriação  | Marcio Bittar     | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0075    | Inclusão - Apropriação  | Mara Gabrilli     | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0076    | Inclusão - Apropriação  | Marcos do Val     | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0077    | Inclusão - Apropriação  | Jorge Seif        | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |
| SF_CDH0078    | Inclusão - Apropriação  | Mecias de Jesus   | 81901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA             | 21G0                      | Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Nacional   | 700.000.000,00 |

